

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELIANE MONTEIRO MAIEVES

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE E PANDEMIA:
A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

CURITIBA

2024

HELIANE MONTEIRO MAIEVES

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE E PANDEMIA:
A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Farmacêuticas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josiane de Fátima Gaspari Dias

Coorientadoras: Prof^a. Dr^a. Deise Prehs Montrucchio, Prof^a. Dr^a. Marilis Dallarmi Miguel

CURITIBA

2024

Maieves, Heliane Monteiro

Formação profissional em saúde e pandemia [recurso eletrônico]: a transformação dos estágios supervisionados / Heliane Monteiro Maieves – Curitiba, 2024.

1 recurso online : PDF

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Josiane de Fátima Gaspari Dias

Coorientadores: Profa. Dra. Deise Prehs Montrucchio

Profa. Dra. Marilis Dallami Miguel

1. Universidades. 2. Avaliação educacional. 3. Apoio ao desenvolvimento de recursos humanos. 4. Pandemias. 5. COVID-19. 6. Tecnologia. I. Dias, Josiane de Fátima Gaspari. II. Montrucchio, Deise Prehs. III. Miguel, Marilis Dalarmi. IV. Universidade Federal do Paraná. V. Título.

CDD 378



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS
FARMACÉUTICAS - 40001016042P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **HELIANE MONTEIRO MAIEVES** intitulada: **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE E PANDEMIA: A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**, sob orientação da Profa. Dra. JOSIANE DE FÁTIMA GASPARI DIAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Novembro de 2024.

JOSIANE DE FÁTIMA GASPARI DIAS
Presidente da Banca Examinadora

CRISTIANE DA SILVA PAULA DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

BEATRIZ CRISTINA KONOPATZKI HIROTA
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER)

YANINA DANTAS RATTMANN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

LUCIANE DALARMI
Avaliador Externo (CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ - CURITIBA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter guiado meus passos e me fortalecer em todas as batalhas.

Agradeço ao meu marido, Luiz Fernando Maieves, companheiro de uma vida, pelo apoio e compreensão.

A minha filha Helayne Aparecida Maieves, que muito me ajudou nesta jornada e me fez acreditar que este sonho pudesse ser possível.

A minha filha Halyne Monteiro Maieves e minhas netas Isadora Maieves da Silva e Maite Maieves Fontana, que me trouxeram muitas alegrias e emoções para a vida. Eu amo vocês!

Em memória do meu pai José Monteiro, amor eterno.

À minha orientadora, Profa. Dra. Josiane de Fátima Gaspari Dias, pela paciência, compreensão e ajuda, por ter confiado em mim em momentos em que me faltava confiança.

As minhas coorientadoras, Profa. Dra. Deise Prehs Montrucchio e Profa. Dra. Marilis Dallarmi Miguel, que muito me incentivaram e também por todo o suporte que forneceram durante este período.

A banca examinadora de defesa, pelo tempo e disponibilidade para estar contribuindo para a pesquisa.

Aos queridos colegas de trabalho da UFPR, pelo apoio, ajuda e incentivo.

Aos familiares e amigos da vida, por cada conselho e por continuarem comigo independente da distância.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Farmacêuticas.

E a Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de conquistar esse título de Doutora.

RESUMO

Com a pandemia de COVID-19, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisaram adaptar suas atividades, impactando significativamente os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS). Este estudo teve como objetivo analisar os estágios realizados por discentes matriculados em cursos da área da saúde durante o período da pandemia de COVID-19, investigando os impactos das adaptações implementadas nas metodologias de ensino e estágio, bem como as repercussões na formação prática dos futuros profissionais de saúde, sendo estruturado em três capítulos. Em que o primeiro capítulo analisou a condução dos ECS nos cursos da saúde de instituições de Ensino do Estado do Paraná, em que coordenadores e docentes responderam 121 instrumentos de pesquisa. Dos resultados a maioria das instituições não autorizaram o estágio remoto durante a pandemia e não validaram a carga horária realizada na Ação Estratégica do governo como ECS. A pesquisa mostrou que as atividades práticas foram afetadas pela pandemia da COVID-19. O segundo capítulo avaliou se a pandemia influenciou na atuação e na formação prática profissional dos egressos de um curso de farmácia da região Sul do Brasil. Com 44 participantes, 73% tiveram aulas práticas remotas e 70% enfrentaram dificuldades nos estágios, principalmente na oferta de vagas. Apesar dos desafios, 82% dos graduados conseguiram emprego e 41% foram efetivados nos locais onde estagiaram. A continuidade da formação prática e a inserção bem-sucedida no mercado de trabalho demonstram a resiliência do meio acadêmico em atender às demandas da sociedade, mesmo em períodos desafiadores. O terceiro capítulo focou nos ECS dos cursos de saúde em Instituições de Ensino Superior no Paraná após o retorno ao ensino presencial, em que coordenadores e docentes responderam 120 instrumentos de pesquisa. Os resultados indicaram que a maioria dos estágios foram realizados presencialmente e alunos que tiveram aulas práticas remotas no Ensino Remoto Emergencial (ERE) enfrentaram mais dificuldades nos estágios. A pesquisa reforça a valorização do aprendizado prático, a promoção de um equilíbrio inteligente entre abordagens presenciais e virtuais e a necessidade de implementação de plataformas digitais promovendo uma gestão mais eficiente e integrada das atividades. A pesquisa evidenciou, que embora o uso de tecnologias tenha sido um recurso valioso para complementação e suporte, a retomada das atividades presenciais foi essencial para a formação prática dos alunos. Assim, ao avaliar os três capítulos, conclui-se que os ECS foram afetados pela pandemia de COVID-19 e que deve haver um equilíbrio entre os métodos presenciais de estágio e as ferramentas tecnológicas.

Palavras-chave: avaliação educacional; educação superior; estágios; COVID-19; recursos virtuais.

ABSTRACT

Due to the COVID-19 pandemic, Higher Education Institutions (HEIs) had to adapt their activities, significantly impacting Supervised Curricular Internships (ECS). This study aimed to analyze the internships carried out by students enrolled in health courses during the COVID-19 pandemic, investigating the impacts of the adaptations implemented in teaching and internship methodologies, as well as the repercussions on the practical training of future health professionals, and was structured in three chapters, and was structured in three chapters. The first chapter analyzed the conduct of SCIs in health courses at educational institutions in the state of Paraná, in which coordinators and professors responded to 121 survey instruments. From the results, most institutions did not authorize remote internships during the pandemic and did not validate the workload carried out in the government's Strategic Action as SCIs. The research showed that practical activities were affected by the COVID-19 pandemic. The second chapter of the study evaluated whether the pandemic influenced the performance and practical professional training of graduates of a pharmacy course in the southern region of Brazil. With 44 participants, 73% had remote practical classes and 70% faced difficulties in internships, mainly in the offer of vacancies. Despite the challenges, 82% of graduates found employment and 41% were hired at the places where they did their internships. The continuity of practical training and successful insertion in the job market demonstrate the resilience of the academic environment in meeting the demands of society, even in challenging times. The third chapter focused on the ECS of health courses in Higher Education Institutions in Paraná after the return to in-person teaching, where coordinators and professors answered 120 survey instruments. The results indicated that most internships were carried out in person and students who had remote practical classes in Emergency Remote Education (ERE) faced more difficulties in their internships. The research reinforces the value of practical learning, the promotion of an intelligent balance between in-person and virtual approaches, and the need to implement digital platforms to promote more efficient and integrated management of activities. The research showed that although the use of technology was a valuable resource for complementation and support, the resumption of in-person activities was essential for the practical training of students. Thus, when evaluating the three chapters, it is concluded that the ECS were affected by the COVID-19 pandemic and that there must be a balance between in-person internship methods and technological tools.

Key words: COVID-19; educational assessment; higher education; internships; virtual resources.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECS	estágio curricular supervisionado
ERE	Ensino Remoto Emergencial
IES	Instituições de Ensino Superior
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SARS-CoV	Síndrome respiratória aguda grave
SUS	Sistema Único de Saúde
SESU	Comissões de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
1.1	OBJETIVO GERAL.....	10
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
2.	REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	11
2.2	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS.....	13
2.3	ESTÁGIO.....	14
3.	METODOLOGIA	18
4.	ARTIGOS PUBLICADOS	20
4.1	ARTIGO 1 - COVID-19: IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE OS ESTÁGIOS CURRICULARES DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE.....	20
4.2	ARTIGO 2 - O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE PÓS PANDEMIA: UMA VISÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES	36
4.3	ARTIGO 3 - OS REFLEXOS DA PANDEMIA NA ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DE UM CURSO DE FARMÁCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES	47
5.	CONCLUSÃO.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66
	ANEXO 1- AUTORIZAÇÃO RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT JOURNAL	68
	ANEXO 2 - AUTORIZAÇÃO REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO.....	69
	ANEXO 3 - AUTORIZAÇÃO REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO.....	70
	ANEXO 4 - INSTRUMENTO 1	71
	ANEXO 5 - INSTRUMENTO 2	72
	ANEXO 6 - INSTRUMENTO 3	73

1. INTRODUÇÃO

As diretrizes curriculares dos cursos da área da saúde, reforçam a importância da flexibilidade e qualidade da formação, com ênfase nos estágios supervisionados, essenciais para o desenvolvimento de competências práticas. Os estágios são fundamentais na formação prática dos estudantes dos cursos da área da saúde, sendo integrados ao projeto pedagógico dos cursos, representando uma parcela significativa da carga horária total do curso (Brasil, 2008).

Em dezembro de 2019, um surto de pneumonia de causas desconhecidas foi relatado em Wuhan, província de Hubei na China. A doença denominada COVID-19, causada pelo coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), foi caracterizada em março de 2020 pela Organização mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia (Who, 2020).

Entre as principais estratégias de resposta ao combate à pandemia, o distanciamento social foi a mais recomendada e defendida pelas autoridades de saúde. No Brasil, para diminuir os níveis de contágio e evitar o aumento dos casos, todas as atividades de ensino presenciais no país foram suspensas, fato este que afetou as atividades acadêmicas, sobretudo as práticas em serviço e os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS). Assim, para dar continuidade às atividades letivas e simultaneamente desenvolver ações de combate a pandemia, o Ministério da Educação (MEC) publicou Portarias no ano de 2020 orientando medidas às instituições de ensino superior (Fernandes et al., 2021).

A Portaria MEC N.º 383/2020 de 13 de abril, que permitiu em caráter excepcional a antecipação da colação de grau dos alunos matriculados no último período dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; com a redução da carga horária de estágio ou internato previsto, para setenta e cinco por cento (BRASIL, 2020a).

A Portaria N.º 639/2020 de 31 de março, a ação "O Brasil Conta Comigo" coordenada pelos ministérios da Educação e da Saúde, que permitiu a participação voluntária de estudantes dos dois últimos anos do curso de Medicina e do último ano dos cursos de graduação em Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia no combate à pandemia no Sistema Único de Saúde (SUS), concedendo benefícios, incluindo o

reconhecimento da carga horária na substituição do estágio curricular (BRASIL, 2020b).

A Portaria N.º 544/2020 de 16 de junho, Ensino Remoto Emergencial (ERE) que permitiu em caráter temporário a substituição das atividades de ensino presenciais por atividades remotas com auxílio das ferramentas das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno, incluindo as atividades práticas e os estágios curriculares, desde que estivessem em consonância com o disposto nas Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2020c).

Diante da realidade imposta pela pandemia de COVID-19 e as medidas governamentais adotadas, este trabalho se justifica pela necessidade de verificar os impactos da pandemia na atuação e na formação prática dos alunos dos cursos da saúde.

1.2. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os estágios realizados por discentes matriculados em cursos da área da saúde durante o período da pandemia de COVID-19; investigando os impactos das adaptações implementadas nas metodologias de ensino e estágio, bem como as repercussões na formação prática dos futuros profissionais de saúde.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a situação dos Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) dos cursos da área da saúde frente à pandemia COVID-19 em Instituições de ensino do Estado do Paraná.

- Demonstrar se o ensino remoto emergencial (ERE) influenciou na atuação e na formação profissional dos egressos de um de curso de farmácia da região sul do Brasil.

- Avaliar a situação dos estágios Curriculares Supervisionados (ECS) após o retorno presencial das atividades de ensino na pandemia de COVID-19 dos cursos da área de saúde das instituições de ensino do Estado do Paraná.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, o que somente ocorreu após a vinda da Família Real para o país em 1808, pois o interesse da coroa Portuguesa era explorar a força de trabalho e não qualificar a mão de obra, impedindo o ensino superior em suas colônias, temendo que isto contribuísse para os movimentos de emancipação (Coelho e Vasconcelos, 2009).

No ano da chegada do Rei português, foram fundadas três escolas de ensino superior em forma de faculdades isoladas: a de Cirurgia e Anatomia da Bahia (Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio de Janeiro (Fávero, 2006).

No período de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolveu lentamente, diante das poucas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. O ensino consistia na formação profissional a qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e de assegurar prestígio social (Martins, 2002). No final deste período, com a Proclamação da República em 1889, não havia mais de 24 escolas de formação profissional, sendo todas de iniciativa da Coroa e independentes da Igreja (Teixeira, 1969). A influência das ideias positivistas propagadas entre as lideranças republicanas no final do século, colaborou para abrir o sistema a iniciativas, destinadas à formação de profissionais liberais (Martins, 2002).

Com a proclamação da República, a descentralização do ensino superior foi promovida pela nova Constituição, permitindo que estados, municípios e a iniciativa privada criassem novas instituições. Entre 1889 e 1918, surgiram 56 novas escolas superiores, predominantemente privadas. Entre essas instituições, destacavam-se tanto as católicas, oferecendo uma educação alternativa ao modelo público, quanto as iniciativas de elites regionais que desejavam implementar estabelecimentos de ensino superior em seus estados (Durham, 2005). As primeiras instituições reconhecidas como "universidades" no Brasil, a Escola Universitária Livre de Manaus e a Universidade do Paraná, fundadas em 1912, iniciaram suas atividades em 1913 (Barreto, Filgueiras, 2007).

O modelo de Universidade adotado no Brasil até a reforma de 1968 era influenciado pelo europeu, entre o modelo alemão da Universidade de Berlim, que defendia a integração entre ensino e pesquisa, e o modelo francês, com o regime de cátedras vitalícias. De caráter liberal, a Universidade Humboldt de Berlim considerava a necessidade de se buscarem saberes em novos conhecimentos produzidos por meio da pesquisa científica e a conseqüente integração entre pesquisa e ensino (Trindade, 1999). O modelo de cátedras vitalícias, inspirado em instituições francesas, possuía estrutura acadêmica mais voltada ao ensino que à pesquisa, sendo que sua estrutura de poder girava em torno dos catedráticos. O catedrático era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida (Oliveira, 2002).

Na década de 1930, iniciou com uma maior conscientização dos problemas educacionais e da saúde no Brasil. Com a posse de Getúlio Vargas, uma política centralizadora nos mais diferentes setores da sociedade se instaurou. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que implementou reformas de ensino, visando a adaptação da educação às diretrizes definidas no campo político e educacional (Fávero, 2006). O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, foi o desdobramento no campo da Educação Superior da centralização político administrativa do Estado Novo. O documento estabeleceu os padrões de organização de instituições universitárias e não universitárias em todo o país. Dentre os principais pontos do documento, está a obrigatoriedade do credenciamento no Ministério de Educação de qualquer curso superior, que marcou o início da fiscalização pelo poder público do Ensino Superior no Brasil (Cunha, 2000).

Dessa forma, em 1968, foi instituída a Lei n.º 5540 (Brasil, 1968), conhecida como a Lei da Reforma Universitária, que entre várias medidas, aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa; implantou o sistema de institutos básicos; estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante, decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade e estabeleceu o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo (Cunha, 2000).

A partir da aprovação da Lei n.º 5540 (BRASIL, 1968), as influências europeias nas universidades brasileiras foram dissolvidas em parte, o sistema de cátedras, até então vigente, foi substituído pelo sistema departamental, baseado no modelo norte-americano, que adotou o sistema de departamento para reunir os docentes da mesma área de saber. Nos departamentos, a gestão é realizada de maneira rotativa e a carreira docente é baseada na produção científica e na titulação (Oliven, 2002).

2.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCNS)

Na década de 1990, foi aprovada a Lei N.º 9.394 (Brasil, 1996), conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa Lei abriu espaços para a flexibilização dos currículos de graduação e para a superação do modelo de "currículo mínimo" e da "grade curricular"; trouxe novas responsabilidades para as Instituições de Ensino Superior (IES), assegurando autonomia didático-científica, bem como para criar cursos, fixar os currículos dos seus cursos e programas, além de adotar as Diretrizes Curriculares que melhor atendessem ao perfil epidemiológico e social da comunidade.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 03 de dezembro 1997, por meio do Parecer N.º 776 da Câmara de Educação Superior (CES) propôs orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, pautadas na flexibilidade e qualidade da formação oferecida, em que possa preparar o graduando para os futuros desafios advindos das transformações sociais, do mercado de trabalho e do exercício profissional. O intuito das diretrizes não é o de fixar currículos, mas de orientar a elaboração dos currículos, devendo ser respeitadas por todas as instituições de ensino superior (Brasil, 1997).

As diretrizes dos cursos da saúde foram elaboradas pelas Comissões de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação, após amplo debate com a comunidade educacional, científica, dos conselhos profissionais, dos trabalhadores da área da saúde e tendo como elementos básicos de estruturação a definição do perfil do egresso; as competências e habilidades desejáveis; organização do curso, os conteúdos curriculares; os estágios e as atividades complementares e o acompanhamento e avaliação, foram encaminhados

os textos dos pareceres que fundamentaram as resoluções para orientar a elaboração dos currículos com competências comuns aos profissionais de saúde (Brasil, 1997).

2.3 ESTÁGIO

O termo estágio em latim medieval *stagium*, significa residência ou local para morar. O termo *stage* apareceu na literatura, em francês antigo, referindo-se ao período de treinamento de um sacerdote, era o período em que ele deveria residir na igreja, se preparando para o ministério. Daí deriva o termo “residência” e posteriormente usado para indicar o estágio ou tempo de prática para a formação médica. Portanto, o termo “estágio” sempre esteve vinculado à aprendizagem prática num determinado local sob supervisão (Colombo e Ballão, 2014).

No Brasil, o conceito de estágio seguiu a evolução da legislação educacional, que buscou acompanhar a crescente complexidade e importância da relação de estágio, a relação entre mundo do trabalho e educação. Desde o Brasil Colônia até meados de 1940, essa vinculação é inexistente, tendo a educação caráter intelectual e humanista. Somente a partir desse período percebe-se as primeiras relações entre educação e trabalho. Também a partir dessa data inicia-se a discussão e a implementação do estágio enquanto prática profissional de aprendizagem. Tais dados rebatem na legislação que, apenas nos anos de 1970, promoveu progressivamente aproximação entre mercado de trabalho e educação (Bolzan & Lemos; 2007).

A primeira normatização do estágio no Brasil ocorreu em 1977, seguidos de sucessivas leis e decretos (Lei N.º 6.494/77, Decreto N.º 87.497/82, Lei N.º 8.859/94, Lei 9.394/96, Decreto N.º 2.080/96, Lei N.º 11.788/08) (Souza, 2010).

Atualmente a principal normatização das atividades de estágio vigente no país é a Lei N.º 11.788 de 25 de setembro de 2008, que estabelece a relação entre alunos, instituições de ensino e partes concedentes, definindo seus direitos e responsabilidades durante a execução de estágios em diferentes modalidades. (Brasil, 2008).

A Legislação estabelece o estágio como um ato de educação escolar supervisionado, realizado no local de trabalho, com o objetivo de capacitar os estudantes para o trabalho produtivo. A mesma legislação destaca que o estágio é

um componente essencial do projeto pedagógico do curso e, como tal, deve fazer parte do percurso formativo do aluno. Portanto, é responsabilidade do estágio não só fomentar o aprendizado de habilidades específicas da profissão, mas também a contextualização curricular, sem a qual não há efetivamente o exercício da cidadania nem, muito menos, plena qualificação para o trabalho (Brasil, 2008).

A Lei estabelece os requisitos necessários para configuração do estágio, como matrícula, frequência regular nos cursos, celebração do termo de compromisso e que as atividades desenvolvidas no estágio sejam compatíveis com o curso em que o aluno está matriculado e de acordo com o termo. A Lei também requer que as atividades sejam acompanhadas por dois sujeitos cujas responsabilidades são primordiais para a qualidade do desenvolvimento profissional do aluno, isto é, o supervisor e o orientador (Brasil, 2008).

O supervisor que é o profissional responsável da unidade concedente, que vai acompanhar o estudante, diretamente no local do estágio. Deve ter formação ou experiência compatível com a área do curso em que o aluno está matriculado. O supervisor tem a responsabilidade de garantir estágio que contribua na formação profissional do estagiário, de modo a assegurar-lhe experiência prática qualitativa, em que suas ações possam ser matéria-prima para reflexão crítica e ética. A supervisão constitui-se num encontro pedagógico, no qual o trabalho educativo desenvolvido pelo ato concreto da supervisão deva valorizar a auto consciência do estagiário (Pacchioni, 2000).

O orientador, por sua vez é o docente da Instituição de ensino na qual o estudante se encontra matriculado, responsável por acompanhar as atividades do ponto de vista formativo, auxiliar na escolha do local de estágio, elaborar o plano de atividades e acompanhar o progresso das atividades e do estudante como profissional em formação (Brasil, 2008).

O termo de compromisso previsto na legislação vigente é a forma mais concreta para caracterizar o estágio. É o documento obrigatório assinado entre o educando, parte concedente e a instituição de ensino, nele devem constar todos os dados relativos ao estágio, bem como os deveres e as obrigações das partes envolvidas (Brasil, 2008).

O estágio representa, para o estudante, momento de contato com a realidade profissional. As atividades realizadas no campo de estágio possibilitam reflexão, crítica, descobertas, dúvidas presentes na dinâmica da realidade, tecendo o aprender.

Neste sentido, o estágio supervisionado ganha centralidade no processo de formação profissional, é o processo de treinamento prático da vida profissional (Souza, 2010).

É pela vivência prática de situações reais de vida e de trabalho, que o estudante desenvolve competências técnicas e habilidades típicas relacionadas à sua área de formação. Também desenvolve competências voltadas ao exercício da cidadania e ao convívio social tais como: sensibilidade, solidariedade humana, capacidade de trabalhar em equipe, iniciativa, criatividade, comprometimento e responsabilidade, preparando-se assim para o exercício de sua cidadania e qualificando-se para o trabalho (Bolzan e Lemos, 2007).

Para que o processo ensino aprendizagem efetive-se, o estagiário necessita ser compreendido como ser ativo e participante, que detém conhecimento prévio e potencialidades para o constante aprender. Esse olhar implica a superação da visão reducionista sobre o estagiário como mão-de-obra barata ou apenas como cumprimento de tarefas (Souza, 2010).

Os estágios curriculares são parte integrante de todas as diretrizes dos cursos da área da saúde, representando uma parcela significativa da carga horária total do curso, que deve ser realizado em cenários diversos conforme descrito no quadro 01.

Quadro 01. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Saúde (estágios/internatos curriculares supervisionados) continua

Cursos	Pareceres das DCN: estágios curriculares
Graduação em Farmácia Resolução CNE/CES N.º6, 19 de outubro de 2017 (Brasil, 2017)	<p>Art. 7º A formação do Farmacêutico deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente.</p> <p>§ 3º Os estágios curriculares devem corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia, e serem desenvolvidos conforme os percentuais estabelecidos abaixo, em cenários de prática relacionados a: I - fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica: 60% (sessenta por cento); II - análises clínicas, genéticas e toxicológicas e alimento: 30% (trinta por cento); III - especificidades institucionais e regionais: 10% (dez por cento).</p> <p>§ 4º Os estágios obrigatórios, mencionados no parágrafo anterior, devem contemplar cenários de prática do Sistema Único de Saúde (SUS) nos diversos níveis de complexidade.</p>

Quadro 01. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Saúde (estágios/internatos curriculares supervisionados) continuação

<p>Graduação em Fisioterapia Resolução CNE/CES N.º 4, de 19 de fevereiro de 2002 (Brasil, 2002b)</p>	<p>Art. 7º A formação do Fisioterapeuta deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente.</p> <p>A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Fisioterapia proposto, com base no Parecer/ Resolução específico da CES e do CNE.</p> <p>Parágrafo único. A carga horária do estágio curricular supervisionado deverá assegurar a prática de intervenções preventiva e curativa nos diferentes níveis de atuação: ambulatorial, hospitalar, comunitário/unidades básicas de saúde, etc.</p>
<p>Graduação em Medicina Resolução CNE/CES N.º 3, de 20 de junho de 2014 (Brasil, 2014)</p>	<p>Art. 24. A formação em Medicina incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 12.871, de 22 de out. de 2013.</p> <p>§ 1º A preceptoria exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da IES;</p> <p>§ 2º A carga horária mínima do estágio curricular será de 35% da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina.</p> <p>§ 3º O mínimo de 30% da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato.</p> <p>§ 4º Nas atividades do regime de internato previsto no parágrafo anterior e dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos serviços de Urgência e Emergência.</p> <p>§ 5º As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina Geral de Família e Comunidade.</p> <p>§ 6º Os 70% da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia- Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% do total por estágio, em cada uma destas áreas.</p> <p>§ 7º O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina poderá autorizar a realização de até 25% da carga horária total estabelecida para o estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES, preferencialmente nos serviços do SUS, bem como em instituição conveniada que mantenha programas de Residência, credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou em outros programas de qualidade equivalente em nível internacional.</p> <p>§ 10. Para o estágio obrigatório em regime de internato do Curso de Graduação em Medicina, assim caracterizado no PPC, a jornada semanal de prática compreenderá períodos de plantão que poderão atingir até 12 horas diárias, observado o limite de 40 horas semanais, nos termos da Lei Federal N.º 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.</p>

Quadro 01. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Saúde (estágios/internatos curriculares supervisionados). conclusão

Cursos	Pareceres das DCN: estágios curriculares
Graduação em Nutrição Resolução CNE/CES N.º 5, de 07 de novembro de 2001. (Brasil, 2002c)	Art. 7º A Formação do nutricionista deve assegurar a realização de estágios curriculares, sob a orientação de professores e com a colaboração de nutricionistas dos estabelecimentos credenciados. . A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Nutrição proposto, com base no Parecer/ Resolução específico da CES e do CNE. Parágrafo único. A carga horária do estágio curricular supervisionado deverá assegurar a prática equitativamente em pelo menos três áreas de atuação: nutrição clínica, nutrição social e nutrição em unidades de alimentação e nutrição.
Graduação em Odontologia Resolução CNE/CES N.º 3, de 19 de fevereiro de 2002 (Brasil 2002d)	Art. 7º A formação do Cirurgião Dentista deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. Este estágio deverá ser desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Odontologia proposto, com base no Parecer/Resolução específico da CES do CNE.

Exercitar a relação teoria e prática no estágio, é condição necessária para que o aluno aprenda e interprete dados da realidade, relacionando-os com outros conhecimentos e saberes, tornando-se, assim, mais capacitado para compreender as relações de produção e de trabalho e as ingerências do mercado no campo profissional. Os cuidados no campo da saúde possuem características delineadas pelas especificidades de cada área, por aspectos que são subsidiados pelo contato físico, a observação corporal e a relação com o ser humano que se beneficia dos cuidados; e pela compreensão das relações humanas estabelecidas com o meio ambiente, com o contexto social e as condições econômicas e políticas que incidem na saúde da população (Souza, 2016).

3. METODOLOGIA

Trata-se Pesquisa observacional descritiva de delineamento transversal.

O Presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética CEP/SD conforme Parecer Consubstanciado do CEP n.º 4.295.147, Número do CAAE:

36280920.6.0000.0102 e foi estruturado em três capítulos, no formato de artigos científicos conforme as diretrizes da revista escolhida.

O Primeiro capítulo apresenta o artigo intitulado “COVID-19: IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE OS ESTÁGIOS CURRICULARES DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE”; a pesquisa ocorreu no período de agosto de 2020 a abril de 2021. Foi realizado o levantamento dos cursos presenciais das Instituições de Ensino superior (IES) do Estado do Paraná, na plataforma do MEC dos cursos de Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Medicina; Nutrição e Odontologia. O Público alvo foi coordenadores de cursos e professores orientadores de estágio.

O Segundo capítulo apresenta o artigo intitulado “OS REFLEXOS DA PANDEMIA NA ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DE UM CURSO DE FARMÁCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES”; o período da pesquisa ocorreu entre março a abril de 2023. Foi realizado o levantamento junto a coordenação de um curso de Farmácia de uma Instituição de Ensino Superior de uma capital da Região Sul do Brasil, dos Formandos dos anos de 2020 a 2022. O Público alvo foi egressos do curso de farmácia.

O terceiro capítulo apresenta artigo “O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE PÓS PANDEMIA: UMA VISÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES”. A pesquisa ocorreu no período de março a abril de 2023. Foi realizado o levantamento dos cursos presenciais das Instituições de Ensino superior (IES) do Estado do Paraná, na plataforma do MEC dos cursos de Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Medicina; Nutrição e Odontologia.

O Público alvo foi coordenadores de cursos e professores orientadores de estágio.

Para os três artigos foi utilizada a mesma metodologia, a partir do levantamento realizado foram enviadas por e-mail e WhatsApp ao público alvo, uma carta convite acompanhada de um link que direcionava para um instrumento a ser respondido na plataforma Google Forms® (em anexos: instrumentos 1, 2 e 3). Para participar da pesquisa precisava aceitar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Os dados coletados foram analisados utilizando o software Statgraphics Centurion XVI para análises estatísticas avançadas e o Microsoft Excel® para a organização e avaliação inicial dos dados.

4. ARTIGOS PUBLICADOS

4.1 ARTIGO 1 - COVID-19: Impacto da pandemia sobre os estágios curriculares dos cursos da área da saúde

Research, Society and Development Journal, volume 11, number 12, 2022

ISSN 2525-3409 <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34721>

COVID-19: Impacto da pandemia sobre os estágios curriculares dos cursos da área da saúde

COVID-19: Impact of the pandemic on the curricular internships of courses in the health area

COVID-19: Impacto de la pandemia em las prácticas curriculares de las carreras del área de la salud

Heliane Monteiro Maieves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0571-4999>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

e-mail: heliane@ufpr.br

Marilis Dallarmi Miguel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1126-9211>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

e-mail: dallarmi@ufpr.br

Deise Prhes Montrucchio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1440-7007>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

e-mail: dpmontrucchio@ufpr.br

Josiane De Fátima Gaspari Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8548-8505>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

e-mail: jodias@ufpr.br

RESUMO

Com a declaração da pandemia de Covid-19, em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, medidas governamentais foram implantadas. As Instituições de Ensino Superior tiveram que se adaptar para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, incluindo as práticas em serviço e os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS), tornando oportuna a reflexão sobre a condução dos estágios no período da pandemia. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a situação dos ECS, dos cursos presenciais da área da saúde em instituições públicas e privadas de ensino superior do Estado do Paraná frente à pandemia. A pesquisa foi

direcionada a coordenadores e docentes orientadores de estágio dos cursos, por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas. Foram obtidos 121 questionários. As respostas evidenciaram o posicionamento da maioria das instituições, em não considerar a adoção do estágio de forma remota durante o período da pandemia. Ficou evidenciado que os cursos de graduação de instituições públicas e privadas do âmbito da saúde, localizadas no Estado do Paraná foram afetados pela pandemia, sobretudo na experiência prática, proporcionada pelo ECS.

Palavras-chave: Educação superior; Pandemia Covid-19; Instituições de Ensino Superior; Ensino.

ABSTRACT

With the declaration of the Covid-19 pandemic in march 2020 by the World Health Organization, government measures were implemented. College Education Institutions had to adapt to the development of academic activities, including in-service practices and Supervised Curricular Internships, making it timely to reflect on the conduct of internships during the pandemic period. Therefore, the present study aimed to analyze the situation of Supervised Curricular Internships, face-to-face courses in the health area in public and private college education institutions in the State of Parana. The research was directed to coordinators and professors who supervise internships of the courses, through a questionnaire with closed and open questions. The answers showed the position of most institutions in not considering the adoption of the internship remotely during the pandemic period. It was evidenced that the undergraduate courses of public and private institutions in the field of health, located in the State of Parana, were affected by the pandemic, especially in the practical experience, provided by the Supervised Curricular Internships.

Keywords: College Education; Covid-19 Pandemic; College Education Institutions; Teaching.

RESUMEN

Con la declaración de la pandemia del Covid-19, en marzo de 2020 por parte de la Organización Mundial de la Salud, se implementaron medidas gubernamentales, las instituciones de educación superior hubieron debido adaptarse al desarrollo de las actividades académicas, incluyendo prácticas en servicio y Pasantías Curriculares Supervisadas (PCS), siendo oportuno reflexionar sobre la realización de las prácticas durante el período de pandemia. Por lo tanto, se ha vuelto oportuno reflexionar sobre la conducta de las PCS a lo largo del período de la pandemia. El presente estudio ha tenido como objetivo analizar la situación de los PCS, cursos presenciales en el área de la salud frente a la pandemia en Instituciones de Educación Superior Públicas y Privadas del Estado de Paraná. La investigación fue dirigida a coordinadores y profesores que supervisan pasantías de los cursos, a través de un cuestionario con preguntas cerradas y abiertas. A través de la encuesta, las respuestas mostraron la posición de la mayoría de las instituciones, en no considerar la adopción de la pasantía de forma remota durante el período de pandemia. Se han evidenciado que los cursos de grado de Instituciones Públicas y Privadas de la salud, ubicadas en el Estado de Paraná, fueron afectados por la pandemia,

especialmente en la experiencia práctica, proporcionada por la Pasantías Curriculares Supervisadas.

Palabras clave: Educación Superior; Pandemia Covid-19; Intituciones de Educación Superior; Enseñanza

1. INTRODUÇÃO

A saúde é o resultado de uma combinação de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais em cada sociedade. Assim, a experiência acadêmica no campo da prática torna-se necessária para reorientar o ensino a fim de formar profissionais capazes de atender às necessidades dos serviços de saúde. Nesse cenário, o estágio curricular supervisionado (ECS) nos cursos da área da saúde sempre foi objeto de estudos e debates, por sua importância na formação do profissional e a necessária articulação entre a teoria e prática (Esteves et al., 2018).

Em 11 de março de 2020, a doença denominada Covid-19 tinha tal disseminação geográfica que foi caracterizada pela Organização mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia (Who, 2020). Entre as principais estratégias de resposta ao combate à pandemia, o distanciamento social foi a mais recomendada e defendida pelas autoridades de saúde. No Brasil, para diminuir os níveis de contágio e evitar o aumento dos casos, todas as atividades de ensino presenciais no país foram suspensas, fato este que afetou as atividades acadêmicas, sobretudo as práticas em serviço e os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS). Assim, para dar continuidade às atividades letivas e, simultaneamente desenvolver ações de combate a pandemia, o Ministério da Educação (MEC) publicou Portarias no ano de 2020 (Brasil, 2020a; Brasil, 2020b; Brasil, 2020c), orientando medidas às instituições de ensino superior (Fernandes et al., 2021).

Em caráter excepcional, foi recomendada a substituição das atividades de ensino presenciais por aulas realizadas com a utilização de tecnologias de informação e comunicação, implementando o chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE) (Medeiros et al., 2021). As atividades práticas, no entanto, tanto de estágio quanto em laboratórios, foram inicialmente vetadas quanto à substituição pelo ERE. Contudo, a Portaria MEC n.º 544/2020 possibilitou a realização destas atividades pelo ERE desde que estivessem em consonância com o disposto nas Diretrizes Curriculares dos cursos (Brasil, 2016).

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) está previsto em todas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos da área da saúde. As DCNs estabelecem o perfil do profissional, as competências essenciais e determina a estrutura curricular mínima, sendo o ECS uma importante ferramenta entre a academia e os serviços, possibilitando o emprego de conhecimentos, habilidades, atitudes e a formação. As DCNs atribuem também um percentual para atividades de estágio voltados à Atenção Básica no SUS, tendo em conta que a formação para o SUS deve adequar nas necessidades de saúde das pessoas, grupos sociais e populações, com vivências e práticas que assegurem os direitos e a dignidade humana, a serem vivenciadas em vários de cenários/espacos de integração ensino/serviço/participação social, conduzindo os alunos para uma educação completa, interprofissional, humanista, ético-cidadã, técnico-científica e presencial (Brasil, 2016).

Para o curso de graduação em Medicina, a DCN (Brasil, 2001b) estabelece como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço, em regime de internato, em serviços próprios ou conveniados e sob supervisão direta dos docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES), e que a carga horária do internato deve representar no mínimo, 35% da carga horária total do curso. Desse percentual, no mínimo 30% devem estar voltados à Atenção Básica e aos serviços de Urgência e Emergência do SUS com ênfase na Atenção Básica e no Serviço de Urgência e Emergência (Brasil, 2014).

A DCN do curso de graduação em Farmácia (Brasil, 2002b) dispõe que o referido curso deve estar estruturado sob três eixos de formação: Cuidado em Saúde; Tecnologia e Inovação em Saúde; Gestão em Saúde e, ser desenvolvido em cenários de prática relacionados a fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica. Sob a perspectiva dos estágios, estes devem contemplar cenários de prática do Sistema Único de Saúde (SUS) nos diversos níveis de complexidade. Sendo que o estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (Brasil, 2017).

O estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do curso de graduação em Enfermagem, são obrigatórios, segundo a DCN. Sendo que, o professor supervisor dos alunos dos estágios curriculares deverá garantir a participação efetiva dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o

referido estágio, a carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (Brasil, 2001a).

Para o curso de graduação em Nutrição, o estágio curricular supervisionado deverá atingir no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso e deverá ser distribuído uniformemente em pelo menos três áreas de trabalho; Nutrição Clínica, Nutrição Social e Nutrição em Unidades de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2001c).

A DCN do curso de graduação em Odontologia prevê o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente, desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação, o estágio poderá ser desenvolvido em ambientes internos ou externos às IES, neste caso em Clínicas Integradas com atendimento ao público. A carga horária do estágio curricular deve corresponder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (Brasil, 2002a).

E, por fim, a DCN do curso de graduação em Fisioterapia, prevê o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. Sendo que o estágio curricular supervisionado deverá atingir no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. Essa carga de trabalho deve garantir a prática de intervenções preventivas e curativas nos diferentes níveis de atuação: Ambulatorial, Hospitalar, Comunitária / Unidade básica de saúde, entre outros (Brasil, 2002c).

Diante da realidade imposta pela pandemia de Covid-19 e pelas medidas governamentais adotadas para seu controle, torna-se oportuno refletir sobre a condução de Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) ao longo do período da pandemia Covid-19. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a situação dos Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) dos cursos da área da saúde frente à pandemia Covid-19 em Instituições Públicas e Privadas de ensino do Estado do Paraná.

2. MÉTODOS

Foi realizado o levantamento dos cursos presenciais de Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas da área da saúde situadas no Estado do Paraná, que então contavam em 2020 com 67 cursos de Enfermagem; 49 de Fisioterapia; 41 de Nutrição; 40 de Farmácia; 38 de Odontologia e 18 de Medicina. Os dados foram obtidos na plataforma e-MEC (emec.mec.gov.br).

A partir do levantamento supracitado a pesquisa foi direcionada aos coordenadores e aos professores orientadores de estágio dos cursos da área da saúde. Para a pesquisa foi utilizado um instrumento enviado por e-mail com uma carta convite contendo um link para ser respondido na plataforma Google Forms®. Para participar da pesquisa precisava aceitar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

O instrumento continha a pergunta aberta: Quais meios estão sendo utilizados para a orientação dos estágios em tempo de pandemia Covid-19? e as seguintes perguntas fechadas: No início da pandemia de Covid-19, havia alunos matriculados em disciplina de estágio obrigatório no 1º semestre de 2020? Houve suspensão dos estágios no período de pandemia por determinação da Instituição de Ensino? Estão sendo ofertados os estágios no período de pandemia de Covid-19 em sua Instituição de Ensino? Os Chamamentos Emergenciais Municipais, Estaduais e/ou Federais serão contabilizados como estágio obrigatório? Qual a sua opinião a respeito da redução da carga horária de estágio obrigatório para 75% para os alunos formandos dos cursos da área da saúde? O Curso considera adotar a forma remota de estágio neste período de pandemia Covid-19? Estão sendo adotadas medidas administrativas e comportamentais para realização dos estágios presenciais, durante o período de pandemia Covid-19 para minimizar o risco de contágio?

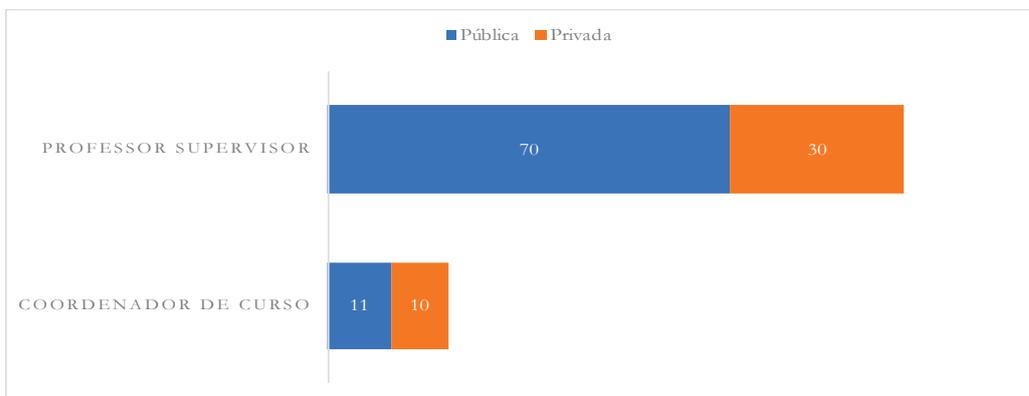
Para as análises dos resultados obtidos foi utilizado o pacote estatístico Statgraphics Centurion XVI e o pacote Office - Microsoft Excel®.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética CEP/SD conforme Parecer Consubstanciado do CEP n.º 4.295.147, Número do CAAE: 36280920.6.0000.0102, compreendendo o período entre agosto de 2020 a abril de 2021.

3. RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS

Foram obtidos 121 questionários, dos quais 21 foram respondidos por coordenadores de curso e 100 por professores orientadores de estágio, como ilustrado na Figura 1. Observa-se ainda que 81 foram de Instituições Públicas e 40 de Instituições Privadas.

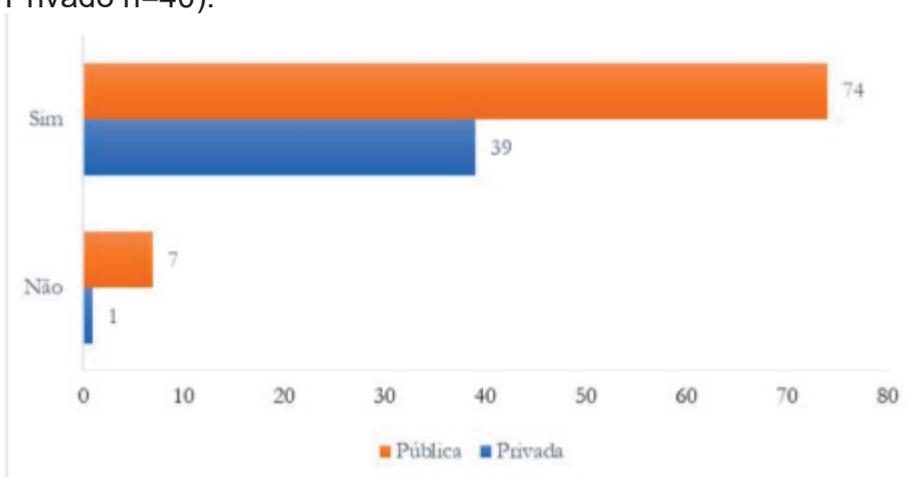
Figura 1. Número de questionários respondidos por cargo ocupado e por tipo de instituição (Público n=81, Privado n=40).



Fonte: Autores (2024).

Os cursos com mais entrevistados, em ambos os tipos de instituição, foram Enfermagem (33% do total), seguido pelo curso de Farmácia (19,8% do total), Medicina (18,2% do total), Fisioterapia (14,9% do total), Nutrição (4,2% do total) e Odontologia (4,2% do total) e outros (5,8% do total). Uma das perguntas diz respeito a presença de alunos matriculados em disciplinas de estágio antes da pandemia, sendo obtidas 113 respostas positivas e 8 negativas, conforme ilustrado na Figura 2. Grande parte dos alunos estavam matriculados no ECS antes da decretação da pandemia Covid-19.

Figura 2. Respostas referentes à pergunta “Havia alunos matriculados em disciplina de estágio obrigatório no 1º semestre de 2020?”, por tipo de IES (Público n=81, Privado n=40).

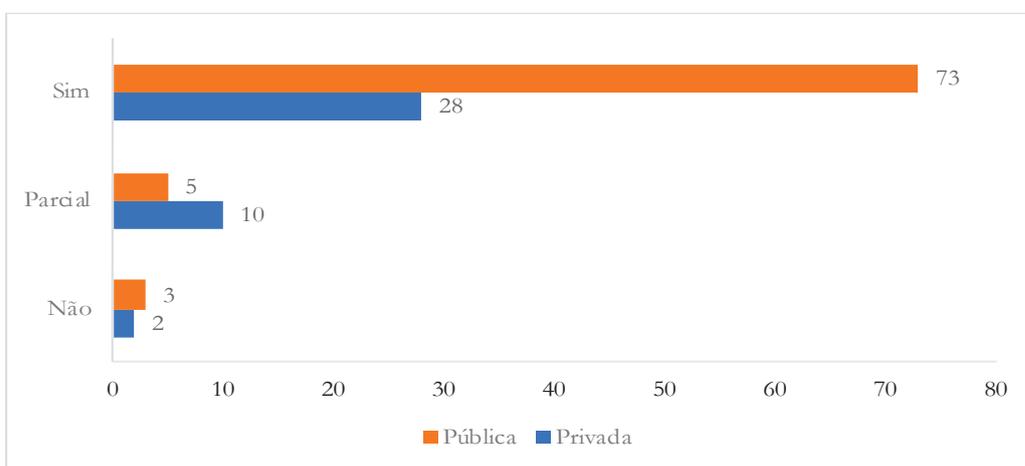


Fonte: Autores (2024).

A fim de conter o avanço da doença Covid-19, foram recomendadas e adotadas medidas de isolamento conforme orientação da Organização Mundial da Saúde

(OMS). Dessa forma, Instituições de Ensino tiveram as atividades suspensas, o que vai ao encontro com as respostas na pergunta sobre a suspensão das atividades de estágio; das instituições que tinham alunos matriculados em ECS, 101 respostas afirmaram que tiveram a suspensão dos estágios, 15 respostas afirmaram que houve suspensão parcial e 5 respostas afirmaram que não houve suspensão (Figura 3). Comparando as instituições, a suspensão dos estágios ocorreu em 95% das privadas (n=40) e 96,3% das públicas (n=81).

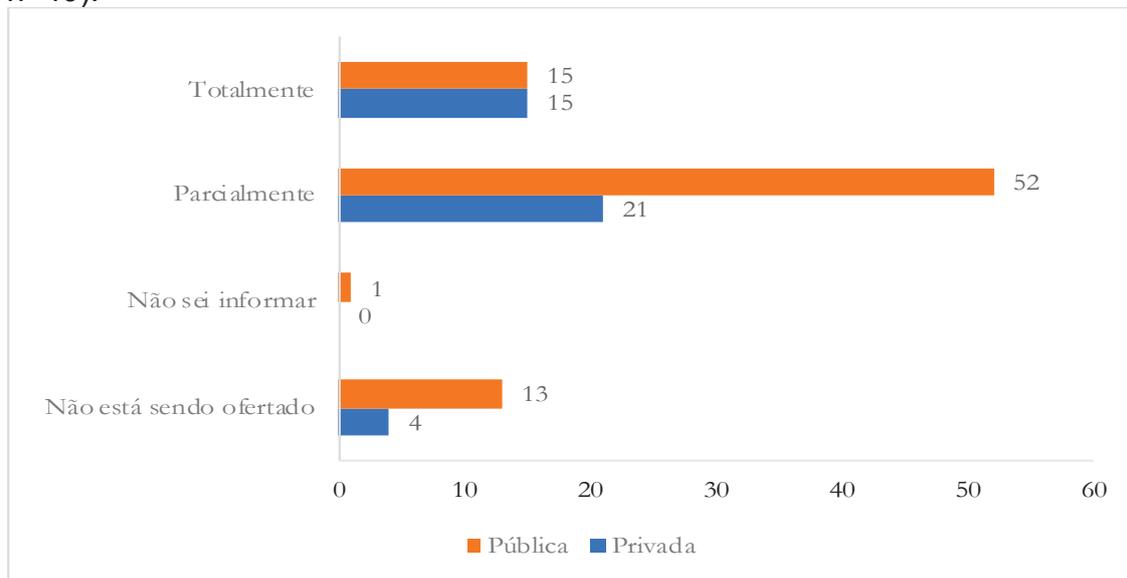
Figura 3. Respostas referentes à pergunta “Houve suspensão dos estágios no período de pandemia por determinação da instituição de ensino?”, por tipo de IES (Público n=81, Privado n=40).



Fonte: Autores (2024).

Após a suspensão dos estágios, a Portaria MEC nº 544/2020 de 16 de junho, possibilitou a realização de atividades práticas e estágio pelo ERE desde que estivessem em consonância com o disposto nas diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (Brasil, 2020f). Nesse cenário, 73 respostas apontaram a oferta parcial de estágios (sendo 21 em instituições privadas e 52 e instituições públicas), enquanto 30 apontaram a volta total da oferta de estágios (sendo 15 em cada tipo de instituição), conforme ilustrado na Figura 4

Figura 4. Respostas referentes à pergunta “Estão sendo ofertados os estágios no período de pandemia por tipo de instituição?”, por tipo de IES. (Público n=81, Privado n=40).

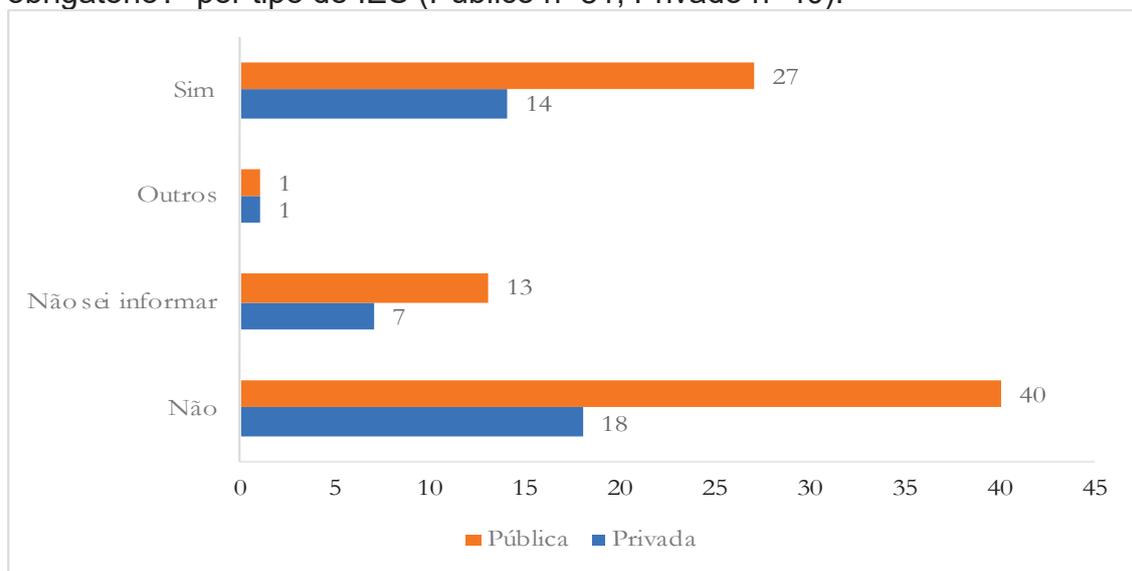


Fonte: Autores (2024).

Sabe-se que o Sistema Único de Saúde é um dos, senão o principal cenário das práticas na formação de profissionais de saúde no Brasil. Dessa forma, os Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS) coordenaram conjuntamente uma ação estratégica, em caráter excepcional e temporário, denominada: “O Brasil Conta Comigo”, que por meio de editais de chamamento emergencial permitiu a participação de estudantes para atuarem na linha de frente da pandemia. Essa ação teve por objetivo fortalecer o quadro de profissionais de saúde no enfrentamento à Covid-19, e ao mesmo tempo contribuiu para a ampliação da oferta de estágios no SUS para os cursos da área da saúde durante o período de pandemia.

Diante disso, uma das perguntas do questionário era se os chamamentos emergenciais estariam sendo contabilizados como estágio obrigatório. Das 121 respostas obtidas, 58 responderam que não (sendo 40 de Instituições Públicas e 18 de Instituições Privadas), ao passo que 41 responderam que sim (27 de Instituições Públicas e 14 de Instituições Privadas e), outros 22 não souberam informar ou responderam ‘outros’ (Figura 5)

Figura 5. Respostas referentes à pergunta “Os Chamamentos Emergenciais Municipais, Estaduais e/ou Federais estão sendo contabilizados como estágio obrigatório?” por tipo de IES (Público n=81, Privado n=40).



Fonte: Autores (2024).

Apesar das disposições da Portaria MS nº 492/2020 (Brasil, 2020e) que diz que carga horária cumprida pelos alunos na participação na ação estratégica poderia ser considerada como carga horária do estágio obrigatório, de acordo com as especificidades de cada curso, os resultados mostram que apenas 35% (Instituições Privadas) e 33,3% (Instituições Públicas) das respostas apontaram a contabilização efetiva dos chamamentos emergenciais como estágio obrigatório. Na maioria das situações, os alunos devem cumprir o ECS de acordo com a carga horária exigida por cada curso, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares, independentemente da participação nos chamamentos emergenciais da ação “O Brasil Conta Comigo”.

Outra pergunta do questionário dizia respeito a adoção ou não do estágio de forma remota durante o período da pandemia, para a qual obteve-se 78 respostas negativas (64,5% do total) e 39 respostas positivas (32,2% do total); apenas quatro não souberam informar. As respostas obtidas através do inquérito deixaram claro o posicionamento da maioria das instituições, em não considerar a adoção do estágio de forma remota durante o período da pandemia. Além disso, todas as respostas afirmaram que foram adotadas medidas administrativas e comportamentais para a realização das atividades de forma presencial.

Na pergunta aberta sobre o acompanhamento e orientações dos alunos nos ECS, das respostas obtidas grande parte relatou que ocorreu de forma remota e presencial, e que na forma remota foram utilizados vários recursos tecnológicos para

auxiliar no acompanhamento e orientação dos alunos nos diversos cenários de atuação dos ECS, entre os mais citados: Estudos de casos clínicos on-line; participação de videoconferências em atendimentos; mesa redonda; Google® classroom; Google® Meet, e-mails, grupos de WhatsApp® entre outros.

Por fim, na pergunta que dizia respeito à opinião sobre a redução da carga horária dos estágios obrigatórios (prevista na Portaria do MEC nº 383/2020), 59 respostas concordaram parcialmente, 35 respostas discordaram, 25 respostas concordaram e 2 respostas não quiseram opinar. A maioria dos entrevistados concordaram total (20,7%) ou parcialmente (48,8%) com a redução da carga horária dos estágios obrigatórios e antecipação das formaturas prevista na Portaria do MEC nº 383/2020 (Brasil, 2020d).

Apesar da necessidade de suprir a demanda de profissionais de saúde devido ao aumento dos casos graves, que levaram a super lotação dos hospitais no período crítico da pandemia, esta portaria gerou muitas divergências com a redução da carga horária do ECS para 75% nos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e a colação de grau antecipada, pois muitos alegaram que os estudantes não estariam preparados para o exercício profissional, por não terem cumpridos todos os requisitos necessários para a conclusão dos respectivos cursos.

4. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nessa pesquisa estão de acordo com outros autores, que relatam a importância do estágio presencial para formação integral dos estudantes da área da saúde, uma vez que a maioria das instituições optaram em não validar as ações emergenciais como estágio curricular e não considerar a adoção do estágio de forma remota durante o período da pandemia.

São muitas as peculiaridades do processo de formação profissional envolvendo cursos da área da saúde, além do desenvolvimento de habilidades técnicas o estudante da área da saúde precisa ter experiência educacional que promova habilidades relacionais (comunicação interpessoal), psicomotoras, emocionais e interprofissionais que, até o momento do desenvolvimento tecnológico, não podem ser obtidas por meio de experiências virtuais ou remotas totalmente desenvolvidas (Carmona et al., 2021).

As estruturas dos cursos de graduação na área de saúde se caracterizam por ter indisciplinalidade e interatividade, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e expresso nos princípios do SUS, o desenvolvimento das competências e habilidades na saúde estão diretamente relacionadas com o cuidar do ser humano, na área da saúde é essencial aprender a aplicar o conhecimento mediante situações ou problemas reais da vida profissional, o que não se consegue remotamente (Cofar, 2020).

No Brasil, com o prolongamento da pandemia foi preciso uma reorganização das práticas educacionais, considerando a redução da exposição dos acadêmicos aos cenários de risco, fazendo com que as instituições de ensino busquem alternativas para promover a continuidade do ensino e dos ECS; as medidas governamentais adotadas, como: a flexibilização das atividades de ensino, a autorização do estágio de forma remota, o chamado do Ministério da Saúde, a orientação às escolas para que considerem o cumprimento desta carga horária como equivalente de seus estágios curriculares e a potencial antecipação de formaturas, gerou grande preocupação por parte das instituições de ensino e entidades com a formação dos futuros profissionais de saúde.

Felício & Oliveira (2007) descrevem que o Estágio é um processo de reflexão-ação-reflexão, um momento de associação dos conteúdos acadêmicos e das experiências pessoais. De acordo com os autores, é no estágio que o discente consegue de uma maneira geral revisar e refletir pela prática os conhecimentos adquiridos durante a sua formação e se desenvolver profissionalmente. Partindo-se dessas concepções, compreende-se que o estágio é um momento relevante para consolidar os conhecimentos construídos durante a formação.

É através da vivência prática e de situações reais de trabalho que o aluno desenvolve competências técnicas e aptidões no seu campo de formação e também competências voltadas para o exercício da cidadania e da vida social, tais como: sensibilidade, solidariedade humana, capacidade de trabalhar em equipe, iniciativa, criatividade, comprometimento e responsabilidade, preparando-os para o exercício de sua cidadania e capacitando-os para o trabalho (Bolzan & Lemos, 2007).

O estágio de forma remota, com o auxílio da tecnologia da informação e da comunicação (TICs) embora valorize o processo educativo em muitos aspectos, limita a vivência dos contextos em que o acadêmico está inserido, seja no relacionamento

com colegas, com as equipes, com as normas institucionais, com os usuários dos serviços, e com a convivência da dinâmica que esse trabalho assume no dia a dia.

As TICs vêm complementar o ensino presencial, o campo da saúde trabalha com a vida e pode-se inferir que nenhum equipamento pode substituir o ensino presencial do cuidado ou os processos de interação social nas relações estabelecidas no ensino (Fernandes et al., 2021).

No período crítico da pandemia, os estudantes de diversas áreas da saúde através dos chamamentos emergenciais foram convidados de forma voluntária a atuar no combate a pandemia em hospitais e Unidades de saúde. Entidades de classes como o Conselho Federal de Enfermagem e a Associação Brasileira de Enfermagem, foram contrários, ressaltando que os estudantes do último ano estão em formação, desenvolvendo habilidades e competências e não devem ser usados como força de trabalho. Garantir a qualidade e a formação integral dos estudantes, sem abreviar a duração do curso, é defender a saúde e salvar vida (Aben, 2020; Cofen, 2020). Segundo Freitas et al. (2020) as atividades desenvolvidas pode não estar de acordo os objetivos propostos para o internato médico conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC); validar a carga horária das atividades desenvolvidas na Ação Estratégica, como horas de estágio curricular obrigatório, pode ser prejudicial à qualidade do ensino médico, visto que os serviços de saúde não estão em condições normais de ensino-aprendizagem e que seus supervisores possam ser despreparados e sem capacitação para a preceptoría.

Franzói & Cauduro (2020) afirmam que em relação ao aproveitamento de carga horária, da Ação Estratégica adotada pelo Ministério da Saúde não considera a heterogeneidade de campos para a realização do estágio supervisionado. No final da graduação, possibilita-se ao acadêmico vivenciar a prática profissional em diferentes cenários de atuação, tanto na atenção primária quanto em serviços de atenção secundária e terciária. Ao determinar os estabelecimentos de saúde onde os estudantes irão atuar (Brasil, 2020d), pode-se restringir a chance do acadêmico conhecer e aperfeiçoar habilidades e competências em cenários variados e heterogêneos, essenciais para uma prática generalista como previsto nas DCN dos cursos da área da saúde (Bolzan & Lemos, 2007).

O ECS deve suprir as demandas de competências e habilidades na formação integral do aluno, pois, somente os conhecimentos teóricos podem não ser suficientes para o desempenho das atividades profissionais na prática (Ferreira et al., 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos na pesquisa, num total de 121 questionários respondidos por coordenadores de curso e professores orientadores de estágio, dos cursos da área saúde: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia; de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Paraná, mostraram que os Estágios Curriculares Supervisionados foram afetados pela pandemia da COVID-19, as instituições de ensino tiveram que reformular e adaptar suas metodologias de modo a promover a continuidade do ensino e dos estágios.

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) está previsto em todas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos da área da saúde, sendo o ECS uma importante ferramenta entre a academia e os serviços, possibilitando o emprego de conhecimentos, habilidades e atitudes para a formação acadêmica.

Os resultados apresentados demonstraram o posicionamento da maioria das instituições em não considerar a adoção do estágio de forma remota durante o período da pandemia, também em não validar a carga horária realizadas na Ação Estratégica do governo como ECS; devendo os alunos independentemente da participação nos chamamentos cumprir a carga horária dos ECS, conforme estabelecida nas Diretrizes Curriculares dos cursos.

A pesquisa mostrou que o ECS de forma presencial é imprescindível na formação dos profissionais da área da saúde, pois nada é capaz de substituir os cuidados ou os processos de interação social nas relações estabelecidas; contudo, a transformação digital surge na evolução natural dos cuidados de saúde, surgindo um novo cenário de atuação dos futuros profissionais de saúde.

6. AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

7. REFERÊNCIAS

ABEn (2020). Nota da ABEn Nacional em relação à Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo”. Associação Brasileira de Enfermagem. <http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Nota-Aben-educacao2>.

Brasil (2001a). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 03 de 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03>.

Brasil (2001b). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 04 de 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04>.

Brasil (2001c). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 04 de 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05>.

Brasil (2002a). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 02 de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002>.

Brasil (2002b). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 02 de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES022002>.

Brasil (2002c). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 04 de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002>.

Brasil (2014). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 03 de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CES-CNE-003-2014-06-20>.

Brasil (2016). Ministério da Educação. Resolução CNS nº 515 de 07 de outubro de 2016. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso515>.

Brasil (2017). Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 06 de 19 de outubro de 2017. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências. <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017>.

Brasil (2020a). Ministério da Educação. CNS nº 48 de 01 de julho de 2020. Recomenda ao MEC, que observe o Parecer Técnico nº 162/2020, no que diz respeito a estágios e práticas na área da saúde durante a pandemia de Covid-19. <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1250-recomendacao-n-048-de-01-de-julho-de-2020>.

Brasil (2020b). Ministério da Educação. Portaria nº 343 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>

Brasil (2020c). Ministério da Educação. Portaria nº 345 de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020->

Brasil (2020d). Ministério da Educação. Portaria nº 383 de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-383-de-9-de-abril-de-2020-252085696>

Brasil (2020e). Ministério da Educação. Portaria nº 492 de 23 de março de 2020. Institui a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo”, voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (Covid-19). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20492-20-MS.htm

Brasil (2020f). Ministério da Educação. Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>

Bolzan, M.I.B. & Lemos, A.C.F. (2007). Estágio Curricular Supervisionado no CTISM/UFSM: Histórico, legislação nacional e regulamentação. *Revista Social e Humana*, 20,347-364. <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/851>

Carmona, F.; Cesaretti, M.L.R.; Oliveira, A.S. & Bollela, V.R. (2021). O futuro da Educação na Universidade: avanços possíveis e necessários. *Medicina (Ribeirão Preto)*, 54, e-189735. <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/189735>

Cofar (2020). Resolução nº 687 de 26 de junho de 2020. Homologa as Resoluções nº 681, nº 682, nº 683, nº 684 e nº 686, editadas pela Diretoria, "ad referendum" do Plenário do Conselho Federal de Farmácia, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=162&data=01/07/2020&captchafield=firstAccess>

Cofen. (2020). Manifesto Portaria 356 do MEC. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). http://www.cofen.gov.br/cofen-se-manifesta-sobre-a-portaria-356-do-mec_78941.html

Esteves, L.S.F.; Cunha, I.S.K.O.; Bohomol, E. & Negri, E.C. (2018). Supervised internship in undergraduate education in nursing: integrative review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71,1740-50. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0340>

Felício, H.M.S. & Oliveira, R.A. (2008). A formação prática de professores no estágio curricular. *Educar*, 32,215-232. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000200015>

Fernandes, J.D.; Silva, R.M.O.; Cordeiro, A.L.A.O. & Teixeira, G.A.S. (2021). Estágio curricular supervisionado de enfermagem em tempos de pandemia da COVID-19. *Esc. Anna Nery Ver. Enferm.*, 25, e20210061. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0061>

Ferreira, R.K.R., & Rocha, M.B. (2020). A importância das práticas educativas do estágio supervisionado na formação do enfermeiro: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 9 (4), e121942933. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.2933>

Franzói, M.A.H. & Cauduro, F.L.F. (2020). Atuação de estudantes de enfermagem na pandemia de Covid-19. *Cogit. Enferm. (Online)*, 25:e73491. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.73491>

Freitas, C.A.; Arruda, G.F.A.; Arruda, G.C.F.A. & Feitosa, S.F. (2020). Estudante de Medicina no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil: Estudantes éticas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 45, e036. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.1-20200231>

Medeiros, A.A.; Batiston, A.P.; Souza, L.A.; Ferrari, F.P. & Barbosa, I.R. (2021). Analysis of physical therapy education in Brazil during the COVID-19 pandemic. *Fisioter. Mov. (Online)*, 34, e34103. <https://doi.org/10.1590/fm.2021.34103>

World Health Organization (2020). Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19-11-march-2020>

4.2 ARTIGO 2 - OS REFLEXOS DA PANDEMIA NA ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DE UM CURSO DE FARMÁCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES

Revista Caderno Pedagógico ISSN 2447-0961

<https://doi.org/10.54033/cadpedv21n6-18016>

Os reflexos da pandemia na atuação dos egressos de um curso de farmácia: uma análise sob a ótica dos estágios curriculares

The impacts of the pandemic on the performance of graduates from a pharmacy course: an analysis from the perspective of curricular internships

Los reflejos de la pandemia en el desempeño de los egresados de un curso de farmacia: un análisis desde la óptica de las prácticas curriculares

Heliane Monteiro Maieves

Doutoranda em Ciências Farmacêuticas
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil
E-mail: heliane@ufpr.br

Luciane Dalarmi

Doutora em Ciências Farmacêuticas
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil
E-mail: luciane.dalarmi@ufpr.br

Obdulio Gomes Miguel

Doutor em Química
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Endereço: Curitiba, -Paraná, Brasil
E-mail: obdulio@ufpr.br

Marilis Dallarmi Miguel

Doutora em Agronomia (Produção Vegetal)
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil.
E-mail: dallarmi@ufpr.br

Deise Prehs Montrucchio

Doutora em Farmacologia
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil
E-mail: dpmonstrucchio@ufpr.br

Josiane de Fátima Gaspari Dias

Doutora em Ciências Farmacêuticas

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil
E-mail: jodias@ufpr.br

RESUMO

O ensino em Farmácia incorpora práticas e estágios como parte fundamental do desenvolvimento de habilidades profissionais, representando 20% da carga horária total do curso. Em 2020, a pandemia de COVID-19 impôs desafios significativos, levando as instituições de ensino a se adaptarem para garantir a continuidade das atividades acadêmicas, incluindo práticas e Estágios Curriculares Supervisionados (ECS). Este estudo teve como objetivo analisar o impacto da pandemia na formação prática e na atuação profissional dos graduados de um curso de Farmácia entre os anos de 2020 e 2022 em uma instituição de ensino superior localizada em uma capital da Região Sul do Brasil. Dos 72 graduandos (2020-2022) em Farmácia, 44 participaram da pesquisa. A maioria (48%) formou-se em 2022. Durante a pandemia, 73% tiveram aulas práticas remotas e 34% participaram de chamamentos emergenciais. Dos egressos, 70% enfrentaram dificuldades nos Estágios Curriculares Supervisionados, sendo a principal encontrar vagas (55%). No mercado de trabalho, 82% estão empregados e 41% foram efetivados no local onde estagiaram. Os resultados indicam que, apesar dos desafios enfrentados durante a pandemia, a transição para métodos de ensino remoto e o uso de tecnologia para acesso ao conhecimento, não tiveram um impacto negativo na formação prática e na atuação profissional dos egressos. Esses achados sugerem uma capacidade de adaptação positiva tanto por parte dos estudantes quanto das instituições de ensino diante dos desafios apresentados pela pandemia. A eficácia das medidas implementadas para garantir a continuidade do processo educacional e o desenvolvimento profissional dos graduados é destacada, demonstrando que a utilização de métodos remotos e tecnológicos foram capazes de suprir as demandas práticas e contribuir para uma formação sólida mesmo em um contexto desafiador como o vivenciado durante a pandemia.

Palavras-chave: Escolas de Farmácia; Pandemia; COVID-19; Avaliação Educacional.

ABSTRACT

Pharmacy education incorporates practical experiences and internships for the development of professional skills, representing 20% of the total course workload. In 2020, due to the COVID-19 pandemic, educational institutions had to adapt to continue academic activities, including internships and Supervised Curricular Internships (SCI). This study aimed to analyze the impact of the pandemic on the practical training and professional performance of graduates from a Pharmacy course. The research involved students from the years 2020 to 2022 in the Pharmacy course of a higher education institution located in a capital city in the Southern Region. The results

indicate that, despite the challenges faced during the pandemic, the transition to remote teaching methods and the use of technology for knowledge access did not have a negative impact on the practical training and professional performance of the graduates. These findings suggest a positive adaptability of students and educational institutions to the challenges presented by the pandemic, highlighting the effectiveness of implemented measures to ensure the continuity of the educational process and the professional development of graduates.

Keywords: Pharmacy Schools; Pandemic; COVID-19; Educational Assessment.

RESUMEN

La educación en Farmacia incorpora prácticas y pasantías para el desarrollo de habilidades profesionales, representando el 20% del total de horas del curso. En 2020, debido a la pandemia de COVID-19, las instituciones educativas tuvieron que adaptarse para continuar las actividades académicas, incluyendo las prácticas y las Pasantías Curriculares Supervisadas (PCS). Este estudio tuvo como objetivo analizar el impacto de la pandemia en la formación práctica y en el desempeño profesional de los graduados de un curso de Farmacia. La investigación involucró a estudiantes de los años 2020 a 2022 en el curso de Farmacia de una institución de educación superior ubicada en una capital de la Región Sur. Los resultados indican que, apesar de los desafíos enfrentados durante la pandemia, la transición a métodos de enseñanza remota y el uso de tecnología para el acceso al conocimiento no tuvieron un impacto negativo en la formación práctica y en el desempeño profesional de los graduados. Estos hallazgos sugieren una capacidad de adaptación positiva de los estudiantes y las instituciones educativas frente a los desafíos presentados por la pandemia, destacando la eficacia de las medidas implementadas para garantizar la continuidad del proceso educativo y el desarrollo profesional de los graduados.

Palabras-clave: Escuelas de Farmacia; Pandemia; COVID-19; Evaluación Educativa

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino em Farmácia merecem reconhecimento pelo esforço em se adaptar às demandas contemporâneas e desafios da profissão. Essa adaptação reflete a conscientização sobre a importância de oferecer uma formação atualizada, alinhada com as mudanças na saúde e as expectativas da sociedade (ALMEIDA et al., 2023).

A flexibilidade nos currículos e métodos de ensino destaca o compromisso em preparar graduandos para enfrentar desafios complexos. Além disso, atender as resoluções, como a CNE/CES nº 06/2017, contribui para a padronização e melhoria

da qualidade da formação no âmbito nacional, promovendo o desenvolvimento contínuo da profissão. Esta resolução, representa uma importante orientação para a estruturação dos cursos de graduação em Farmácia, destacando três eixos fundamentais: Cuidados em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde (BRASIL, 2017).

O alinhamento com esses eixos não apenas atende às necessidades do mercado de trabalho no Brasil, mas também proporciona aos graduandos em Farmácia uma formação mais abrangente e globalizada, preparando-os para desafios que possam surgir internacionalmente. O ciclo de vida da graduação não termina no diploma, pois a educação continuada é vital em uma profissão que está sempre evoluindo. Essa abordagem holística, combinada com a adaptação constante às mudanças na área da saúde, contribui para a formação de profissionais farmacêuticos mais capacitados e versáteis (BRASIL, 2017).

O ensino em Farmácia envolve práticas e estágios fundamentais para o desenvolvimento de habilidades profissionais, compreendendo 20% da carga horária total do curso. Em 2020, a pandemia de COVID-19 levou à suspensão das atividades presenciais, resultando em autorizações governamentais para medidas como o Ensino Remoto Emergencial (ERE), permitindo a substituição das aulas presenciais por atividades remotas, inclusive práticas e estágios, desde que em conformidade com as Diretrizes Curriculares. A ação "O Brasil Conta Comigo", por meio da Portaria nº 639/2020 do MEC, permitiu a participação voluntária de estudantes de Farmácia no combate à pandemia, concedendo benefícios, incluindo o reconhecimento da carga horária na substituição do estágio curricular (BRASIL, 2020a).

Diante dos desafios do ensino remoto em um curso predominantemente prático e dos estágios curriculares realizados durante a pandemia, é crucial investigar se essa situação influenciou a formação prática e a inserção profissional dos egressos do curso de Farmácia. Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da pandemia na formação prática e na atuação profissional dos graduados de um curso de Farmácia entre os anos de 2020 e 2022, em uma instituição de ensino superior situada em uma capital da Região Sul do Brasil.

2 METODOLOGIA

O estudo em questão foi aprovado pelo Comitê de Ética CEP/SD conforme Parecer Consubstanciado do CEP n.º 4.295.147, Número do CAAE: 36280920.6.0000.0102. A pesquisa foi conduzida com formandos dos anos de 2020 a 2022 do curso de Farmácia em uma instituição de ensino superior em uma capital da Região Sul do Brasil.

Os convites para participação foram enviados por e-mail e WhatsApp, acompanhados de um link que direcionava para um instrumento a ser respondido na plataforma Google Forms®. A participação na pesquisa exigia a aceitação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), e a coleta de dados ocorreu no período de março a abril de 2023.

O instrumento de pesquisa continha perguntas sobre o ano de formatura, a experiência com aulas práticas remotas durante a pandemia, participação como voluntário nos chamamentos emergenciais do governo federal, dificuldades nos estágios curriculares supervisionados durante a pandemia, emprego atual, área de atuação, efetivação na unidade concedente do estágio, dificuldades na inserção no mercado pós-formatura.

Os resultados foram analisados utilizando o pacote estatístico Statgraphics Centurion XVI e o pacote Office - Microsoft Excel®.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 72 formandos do período de 2020 a 2022, 44 participaram da pesquisa (n=44). A análise dos dados revelou que quase a metade dos entrevistados (48%) graduou-se em 2022. Em seguida, 32% se formaram em 2021, e 20% concluíram o curso em 2020. Essas informações fornecem uma distribuição temporal dos egressos que participaram da pesquisa, permitindo uma compreensão inicial da amostra em relação aos anos de formatura, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1. Informações referentes às atividades curriculares dos estudantes concluintes do curso de Farmácia em distintos anos.

Formandos	Aulas práticas remotas	Participação nos chamamentos	Contabilização dos chamamentos como horas ECS
2020 (n = 9)	0 (0%)	1 (11%)	0 (0%)
2021 (n = 14)	11 (78%)	5 (36%)	2 (14%)
2022 (n = 21)	21 (100%)	9 (43%)	4 (19%)
TOTAL (n = 44)	32 (73%)	15 (34%)	6 (14%)

Fonte: Autores (2024).

Os dados da Tabela 01 indicaram que 73% do grupo total de entrevistados participaram de aulas práticas remotas durante o período da pandemia. Todos os formandos de 2022 tiveram disciplinas com aulas práticas remotas, enquanto nenhum dos egressos de 2020 teve essa experiência. Em relação aos chamamentos emergenciais do governo para o combate à pandemia, 34% dos entrevistados participaram como voluntários. No entanto, apenas 14% tiveram essas horas contabilizadas como parte das horas obrigatórias de estágio. Esse grupo inclui 2 egressos de 2021 e 4 de 2022, enquanto um egresso de 2020 participou, mas suas horas não foram contabilizadas.

A maioria dos egressos cumpriu o Estágio Curricular de acordo com a carga horária exigida pelo curso, seguindo as Diretrizes Curriculares, independentemente da participação nos chamamentos emergenciais da ação "O Brasil Conta Comigo". Essa constatação sugere que, na maioria dos casos, os alunos conseguiram conciliar as demandas dos estágios curriculares com a participação em atividades voluntárias durante a pandemia.

Na resposta à pergunta aberta sobre as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dos Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) durante a pandemia, 13 egressos (30%) relataram que não enfrentaram dificuldades nesse aspecto. Esse grupo representa uma parte significativa dos participantes que consideraram a realização dos ECS durante a pandemia relativamente tranquila, sugerindo que, para eles, o período não apresentou desafios significativos nessa área (Tabela 2).

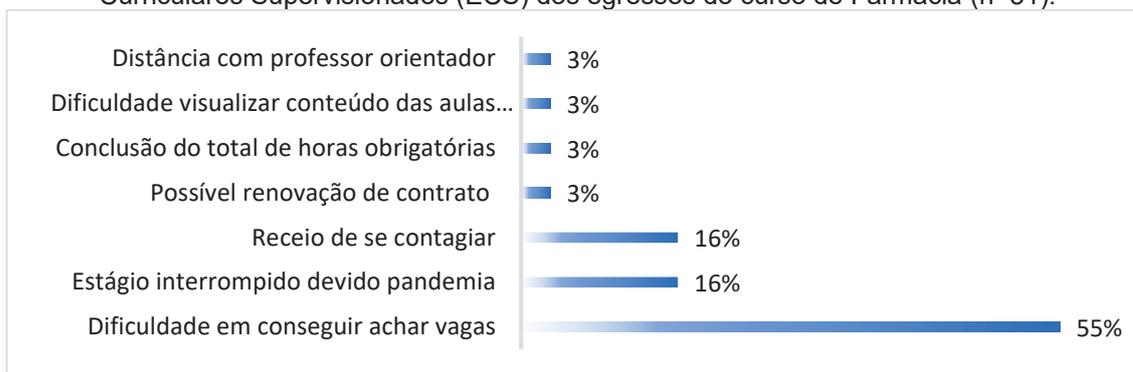
Tabela 2. Dificuldades enfrentadas dos formandos em diferentes anos em relação as dificuldades durante Estágios Curriculares Supervisionados (ECS).

Formandos	Não tiveram dificuldades	Tiveram dificuldades
2020 (n = 9)	3 (33%)	6 (67%)
2021 (n = 14)	4 (29%)	10 (71%)
2022 (n = 21)	6 (29%)	15 (71%)
TOTAL (n = 44)	13(30%)	31 (70%)

Fonte: Autores (2024)

Dos egressos que enfrentaram dificuldades nos Estágios Curriculares Supervisionados durante a pandemia (70% do total), mais da metade (55%) relatou que a principal dificuldade foi encontrar vagas. Isso sugere que a oferta de estágios foi reduzida durante esse período, dificultando a colocação dos estudantes. Além disso, 16% dos egressos que enfrentaram dificuldades relataram que tiveram os estágios interrompidos devido ao lockdown, indicando que restrições impostas pela situação de emergência afetaram diretamente a continuidade das atividades práticas. Outros 16% mencionaram que o receio do contágio foi uma dificuldade, evidenciando a preocupação com a segurança pessoal dos estudantes durante as atividades práticas. Esses relatos ressaltam os desafios enfrentados pelos egressos em conciliar a necessidade de formação prática com as limitações impostas pela pandemia (Figura 1).

Figura 1. Percentual das principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dos Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) dos egressos do curso de Farmácia (n=31).



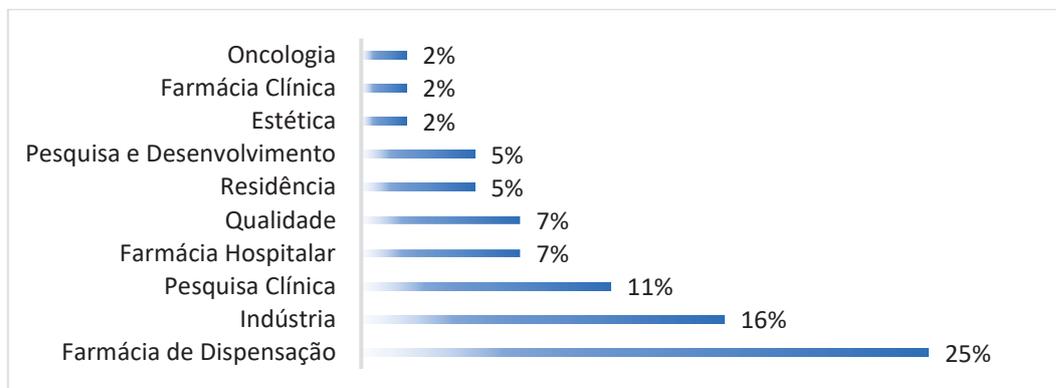
Fonte: Autores (2024).

Em relação à inserção no mercado de trabalho, observa-se que 82% dos entrevistados (n=44) estão atualmente empregados, independentemente do ano de formatura. Esse dado sugere que uma grande maioria dos egressos do curso de Farmácia conseguiu encontrar oportunidades de emprego após a conclusão da graduação. Essa taxa elevada de inserção profissional pode indicar uma demanda positiva no mercado para os graduados desse curso específico.

Conforme indicado na Figura 2, os dados revelam que a área de maior atuação dos egressos é a Farmácia de Dispensação, representando 25% dos casos. Em seguida, a Indústria figura como a segunda área mais frequente, com uma participação de 16%. Essa distribuição destaca as preferências e as escolhas

profissionais dos graduados em Farmácia, evidenciando as áreas em que encontraram oportunidades de trabalho após a formatura.

Figura 2. Percentual em área de atuação dos egressos do curso de Farmácia (n=44).



Fonte: Autores (2024).

Dos entrevistados (n=44) 41% foram efetivados na unidade que realizou o Estágio Curricular Supervisionado (ECS). Analisando por ano, observa-se que 4 discentes de 2020, 6 de 2021 e 8 de 2022 foram efetivados, como indicado na Tabela 03. Esses números sugerem que uma parcela considerável dos egressos encontrou oportunidades de emprego nas unidades onde realizaram seus estágios curriculares, indicando uma boa integração entre a formação acadêmica e as demandas do mercado de trabalho.

Tabela 3. Formandos do curso de Farmácia por ano efetivados na unidade concedente após a realização do Estágios Curriculares Supervisionados (ECS).

Formandos	Efetivados na unidade onde realizou o estágio	Não efetivados
2020 (n = 9)	4 (44%)	5 (56%)
2021 (n = 14)	6 (43%)	8 (57%)
2022 (n = 21)	8 (38%)	13 (62%)
TOTAL (n = 44)	18 (41%)	26 (59%)

Fonte: Autores (2024).

Os dados indicam que 41% dos entrevistados (n=44) foram efetivados na unidade onde realizaram o estágio curricular supervisionado. Essa constatação sugere que o estágio, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências, proporciona uma oportunidade significativa de inserção do egresso no mercado de trabalho. É comum que muitas empresas ofereçam oportunidades de efetivação aos estagiários que se destacam durante o período de estágio, o que ressalta a importância dessa experiência prática na transição para a carreira

profissional. O estágio, portanto, não apenas complementa a formação acadêmica, mas também serve como uma porta de entrada para o mercado de trabalho efetivo.

4 DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos desafios impostos pela pandemia, a transição para métodos de ensino remoto e o uso de tecnologia para acesso ao conhecimento não influenciaram negativamente na formação prática e na atuação profissional dos egressos do curso de Farmácia no período de 2020 a 2022. Mesmo com a limitação do ensino tradicional, os egressos relataram uma adaptação eficaz, e a maioria conseguiu cumprir os requisitos práticos do curso, incluindo estágios supervisionados.

A pesquisa sugere que as instituições e os estudantes foram capazes de superar os desafios da pandemia, demonstrando a capacidade de flexibilidade e adaptação do ensino de Farmácia às mudanças nas condições de ensino. Isso destaca a importância das tecnologias educacionais e da resiliência dos estudantes e instituições em enfrentar desafios inesperados.

O estágio curricular desempenha um papel crucial na facilitação da inserção do aluno no mercado de trabalho, contribuindo para a transição entre a universidade e a prática profissional. Reconhece-se que os estágios são fundamentais para o desenvolvimento profissional, desempenhando um papel relevante no processo de transição do papel de estudante para o de profissional, como destacado por Silva e Teixeira (2020).

Ao longo da graduação, os alunos têm a oportunidade de participar de estágios que ampliam sua compreensão das atividades relacionadas à profissão farmacêutica. A experiência prática adquirida durante o estágio proporciona aos alunos uma vivência real em diferentes áreas da profissão, permitindo-lhes direcionar suas preferências em termos de atuação futura após a formatura. O estágio é considerado uma maneira prática e efetiva de explorar e compreender as nuances da profissão farmacêutica (AIRES e CAPUZZO, 2014).

A graduação em farmácia oferece diversas oportunidades de atuação profissional, indo além do varejo. Existem 135 especialidades farmacêuticas reconhecidas, distribuídas em 10 linhas de atuação, como alimentos, análises clínico-laboratoriais, educação, farmácia hospitalar, gestão, entre outras. Posteriormente,

áreas como saúde estética, floralterapia, perfusão sanguínea e vacinação foram reconhecidas, totalizando 135 especialidades farmacêuticas. Essa diversidade proporciona aos farmacêuticos a escolha de carreiras alinhadas com seus interesses e objetivos profissionais (CORRÊA e LEITE, 2008; CONSELHOR FEDERAL DE FARMÁCIA, 2023).

Os resultados do estudo destacaram a farmácia de dispensação como a principal área de atuação dos egressos. Esse cenário pode ser atribuído ao fato de ser o setor que oferece mais oportunidades de emprego, sendo mais acessível aos profissionais em início de carreira. Esses dados corroboram com as informações fornecidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apontou a farmácia como uma das profissões com as maiores taxas de ocupação na área da saúde, indicando que 94% dos farmacêuticos brasileiros estão empregados (SOBRAL, 2018).

As farmácias comunitárias emergem como grandes geradoras de empregos para profissionais farmacêuticos, impulsionadas pela exigência legal de presença contínua desse profissional para assegurar assistência farmacêutica à população. A Lei 13.021/2014 foi um marco nesse setor, transformando farmácias e drogarias em unidades de prestação de assistência à saúde, permitindo a atuação clínica dos farmacêuticos. Isso resultou em um controle mais efetivo da automedicação e em um esclarecimento mais aprofundado à população (MENEZES et al., 2023).

O varejo farmacêutico, como um dos setores menos vulneráveis, diante do cenário econômico da pandemia, registrou um crescimento significativo nos últimos três anos, atingindo 16% de aumento em 2022 em relação ao ano anterior, segundo a Febrifar (2023). Esse crescimento tem impacto positivo na geração de empregos no setor. O crescimento expressivo da indústria farmacêutica brasileira, foi impulsionado pela demanda crescente por fármacos no país e no mundo, decorrentes da pandemia e da expectativa de vida crescente. Esse crescimento tem contribuído para a criação de empregos, alinhando-se com os resultados da pesquisa que identificou a indústria como a segunda maior área de atuação dos egressos. (DALLA VALLE e ZANIN, 2022).

Os recém-formados em farmácia encontram um mercado de trabalho aquecido e com alta demanda por profissionais, impulsionado pelo fato de o Brasil abrigar cerca de 97 mil farmácias e drogarias, sendo o quarto maior mercado farmacêutico mundial, conforme dados da ANVISA. O investimento crescente na pesquisa e

desenvolvimento de novos medicamentos, especialmente utilizando nanotecnologia, adiciona ainda mais potencial a esse mercado (MENEZES et al. 2023).

A ascensão da Farmácia Clínica também representa uma oportunidade crescente para os profissionais farmacêuticos. Ao saírem das instituições de ensino superior, é fundamental que esses profissionais busquem aprimorar suas habilidades e conhecimentos por meio de pós-graduações e cursos de atualização. A orientação é que continuem estudando além da graduação para terem maior controle sobre sua carreira e não dependerem exclusivamente das oportunidades que surgem (SILVEIRA, 2023).

É crucial que o recém-formado faça um planejamento cuidadoso para o futuro, definindo suas metas profissionais, o nível de reconhecimento desejado e a posição almejada no mercado. Isso inclui a escolha da especialização profissional, seja como empreendedor, profissional liberal, consultor, acadêmico, gestor ou técnico. Apesar dos impactos econômicos da pandemia, o setor farmacêutico permaneceu forte e em crescimento, impulsionado pelo envelhecimento da população e pelo aumento de doenças crônicas (AQUINO, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia impôs desafios significativos e a necessidade de adaptações no ensino e na realização dos estágios curriculares. No entanto, os dados da pesquisa indicam que o ensino remoto durante esse período não teve impacto negativo na formação prática e na atuação profissional dos egressos do curso de Farmácia no período de 2020 a 2022.

Ao discutir esses resultados, deve-se considerar o papel da sociedade e do meio acadêmico nesse contexto. A capacidade de adaptação dos estudantes e das instituições de ensino frente aos desafios da pandemia, ressalta a importância da colaboração entre academia e sociedade na construção de soluções eficazes. A continuidade da formação prática e a inserção bem-sucedida no mercado de trabalho demonstram a resiliência do meio acadêmico em atender às demandas da sociedade, mesmo em períodos desafiadores. Contudo, a conclusão baseada nos resultados não descarta a necessidade de estudos adicionais com tecnologias de ensino remoto em outras regiões do Brasil. Ao considerar a dinâmica em constante evolução entre

sociedade e academia, o aprimoramento contínuo das estratégias pedagógicas é necessário para garantir uma formação robusta e alinhada às exigências profissionais.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AIRES, Berenice; CAPUZZO, Denise de Barros. Formação Extracurricular na Graduação: Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidos pelo Programa de Educação Tutorial (PET). Palmas: Eduft, 2014. 207p.

ALMEIDA, Elzenir Pereira de Oliveira; SOUSA, Milena Nunes Alves de; BEZERRA, André Luiz Dantas. Preparação Pedagógica: concepções para a prática educativa no Ensino Superior. Campina Grande: Licuri, 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.58203/Licuri.8315>>. Acesso em 13 dez. 2023. <https://doi.org/10.58203/Licuri.8315>

AQUINO, Henrique Pereira. O pensamento crítico do estudante de psicologia sobre sua formação. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 492 de 23 de março de 2020. Institui a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo”, voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União, 2020.

CORRÊA, Anderson Domingues; LEITE, Sidnei Quezada Meireles. Ensino da homeopatia na graduação em farmácia: concepções e práticas pedagógicas em instituições do estado do Rio de Janeiro. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 12, p. 267-280, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Página Institucional. Disponível em: <<https://www.cff.org.br/pagina.php?id=14>>. Acesso em 06 jan. 2024.

DALLA VALLE, Jullia Maria; ZANIN, Giovana Douglas. Marketing em Farmácias Comerciais. Research, Society and Development, v. 11, n. 14, p. e450111436594-e450111436594, 2022.

FEBRAFAR. Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácias. Disponível em: <<https://www.febrafar.com.br/farmaceutico-informacao-tecnologia/>>. Acesso em 26 jan. 2024.

MENEZES, Tainá Veras de; MARTINS, Maria Cleusa; PINTO, Vanusa Barbosa; NUNES, Márcia de. Concepções dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento ambulatorial sobre as atividades desenvolvidas pelo farmacêutico clínico em uma unidade de saúde. Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde, v. 14, n. 1, p. 813-813, 2023.

SILVA, Cláudia Sampaio Corrêa da; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Experiências de estágio: contribuições para a transição universidade-trabalho. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 23, p. 103-112, 2013.

SILVEIRA, Paula Lemos. Reconfigurações docentes: experiências com modalidades educacionais e tecnologias digitais em instituições comunitárias de ensino superior [recurso eletrônico]. São Paulo: Vecher, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.29327/5252231>>. Acesso em 20 jan. 2024.

SOBRAL, Janaína Paula Calheiros Pereira. Formação para atuar na atenção básica: percepção de discentes de enfermagem. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Alagoas. Escola de Enfermagem e Farmácia. Maceió, 2018.

4.3 ARTIGO 3 - O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE PÓS PANDEMIA: UMA VISÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES

Revista Caderno Pedagógico ISSN 2447-0961

<https://doi.org/10.54033/cadpedv21n9-087>

O estágio supervisionado nos cursos da área da saúde pós pandemia: uma visão de professores e coordenadores

Supervised internship in health courses post-pandemic: a perspective from professors and coordinators

Prácticas supervisadas en cursos del área de la salud post-pandemia: una perspectiva de profesores y coordinadores

Heliane Monteiro Maieves

Doutoranda em Ciências Farmacêuticas

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, Nº 632, Jardim Botânico, Curitiba-PR, 80210-170

E-mail: heliane@ufpr.br

Marilis Dallarmi Miguel

Doutora em Agronomia (Produção Vegetal)

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner Nº 632, Jardim Botânico, Curitiba-PR, 80210-170.

E-mail: dallarmi@ufpr.br

Deise Prehs Montrucchio

Doutora em Farmacologia

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, Nº 632, Jardim Botânico, Curitiba-PR, 80210-170.

E-mail: dpmotrucchio@ufpr.br

Josiane de Fátima Gaspari Dias

Doutora em Ciências Farmacêuticas

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, Nº 632, Jardim Botânico, Curitiba-PR, 80210-170.

E-mail: jodias@ufpr.br

RESUMO

Os estágios curriculares são essenciais para a formação dos futuros profissionais da saúde, permitindo a aplicação prática do conhecimento adquirido durante a graduação. Os desafios impostos pela pandemia levaram as instituições de ensino a se adaptarem para garantir a continuidade das atividades acadêmicas, incluindo práticas e Estágios Curriculares Supervisionados (ECS); à medida que a vacinação avançou as instituições de ensino puderam retomar as atividades presenciais. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar os Estágios Curriculares Supervisionados dos cursos presenciais da área da saúde de Instituições de Ensino Superior do estado do Paraná, focando na perspectiva de professores e coordenadores após o retorno ao ensino presencial. O estudo, aprovado pelo Comitê de Ética, envolveu coordenadores e professores dos cursos de saúde no Paraná, e os dados foram coletados via Google Forms®. Dos dados obtidos (94%) dos estágios curriculares supervisionados após o retorno foram presenciais. Apenas (33%) dos orientadores utilizaram recursos virtuais no acompanhamento dos alunos nas atividades de estágio. Alunos que tiveram práticas remotas no (ERE) enfrentaram mais dificuldades nos estágios. Desta forma conclui pelos resultados da pesquisa a retomada dos estágios presenciais na área da saúde e enfatiza o valor do aprendizado prático direto, apoiado por dados e literatura que valorizam a formação presencial; o uso dos recursos tecnológicos como suporte na formação prática e a implementação de plataformas digitais para a gestão dos estágios.

Palavras-chave: Ensino, estágios, recursos virtuais, gestão de estágios

Abstract

Curricular internships are essential for the training of future health professionals, allowing the practical application of knowledge acquired during undergraduate studies. The challenges imposed by the pandemic led educational institutions to adapt to ensure the continuity of academic activities, including supervised internships; as vaccination progressed, institutions were able to resume in-person activities. In this context, the present study aimed to evaluate the Supervised Curricular Internships of in-person health courses at Higher Education Institutions in the state of Paraná, focusing on the perspective of professors and coordinators after the return to in-person teaching. The study, approved by the Ethics Committee, involved coordinators and professors from health courses in Paraná, and data were collected via Google Forms®. Of the data obtained, 94% of the supervised curricular internships after the return were in-person. Only 33% of supervisors used virtual resources to monitor students during their internships. Students who had remote practices (ERE) faced more difficulties in their internships. Thus, the research results emphasize the return to in-person internships in the health field and highlight the value of direct practical learning, supported by data and literature that value in-person training; the use of technological resources as support in practical training, and the implementation of digital platforms for internship management.

Keywords: Education, Internships, Virtual Resources, Internship Management

Resumen

Las prácticas curriculares son esenciales para la formación de futuros profesionales de la salud, permitiendo la aplicación práctica del conocimiento adquirido durante la licenciatura. Los desafíos impuestos por la pandemia llevaron a las instituciones educativas a adaptarse para garantizar la continuidad de las actividades académicas, incluidas las prácticas y las Prácticas Curriculares Supervisadas (ECS); a medida que avanzó la vacunación, las instituciones educativas pudieron retomar las actividades presenciales. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo evaluar las Prácticas Curriculares Supervisadas de los cursos presenciales del área de la salud en Instituciones de Educación Superior del estado de Paraná, enfocándose en la perspectiva de profesores y coordinadores después del regreso a la enseñanza presencial. El estudio, aprobado por el Comité de Ética, involucró a coordinadores y profesores de cursos de salud en Paraná, y los datos se recopilaron a través de Google Forms®. De los datos obtenidos, el 94% de las prácticas curriculares supervisadas después del regreso fueron presenciales. Solo el 33% de los supervisores utilizaron recursos virtuales para monitorear a los estudiantes durante sus prácticas. Los estudiantes que tuvieron prácticas remotas (ERE) enfrentaron más dificultades en sus prácticas. Así, los resultados de la investigación destacan el retorno a las prácticas presenciales en el área de la salud y enfatizan el valor del aprendizaje práctico directo, respaldado por datos y literatura que valoran la formación presencial; el uso de recursos tecnológicos como apoyo en la formación práctica y la implementación de plataformas digitales para la gestión de prácticas.

Palabras clave: Educación; Prácticas; Recursos Virtuales; Gestión de Prácticas

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento está em constante evolução, a educação continuada é fundamental para que o ensino superior acompanhe essas transformações. Esse aspecto dinâmico só pode ser sustentado por uma estrutura robusta e flexível, como a proporcionada pelas diretrizes curriculares (MOREIRA, 2015). As diretrizes curriculares dos cursos da área da saúde, como Medicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Odontologia e Fisioterapia, são essenciais para estabelecer os parâmetros necessários à formação de profissionais qualificados. Essas diretrizes definem o perfil do egresso, as competências, habilidades e os conteúdos indispensáveis para a atuação eficaz na área da saúde (Brasil, 2014).

As diretrizes curriculares garantem que os futuros profissionais estejam devidamente preparados para enfrentar os desafios da prática profissional e contribuir de forma significativa para o sistema de saúde. Desta forma, a formação recebida é

assegurada como sendo de qualidade e sempre atualizada, em consonância com as demandas do mercado e da sociedade (SANTOS et al., 2018).

Para adquirir as competências e habilidades necessárias, os cursos da área da saúde requerem uma combinação equilibrada entre teoria e prática, incluindo atividades laboratoriais e estágios supervisionados (SILVA et al., 2019).

Os estágios curriculares supervisionados são essenciais para a formação dos futuros profissionais da saúde, permitindo a aplicação prática do conhecimento adquirido durante a graduação. Ao longo de todo o currículo dos cursos da área da saúde, a abordagem prática é enfatizada, refletindo a importância das experiências no ambiente clínico para a formação dos estudantes (COSTA et al., 2017). Durante os estágios, os alunos têm a oportunidade de interagir diretamente com pacientes, profissionais de saúde e equipes multidisciplinares, contribuindo não apenas para a consolidação do conhecimento teórico, mas também para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de comunicação. Ressalta-se que os estágios curriculares são parte integrante de todas as diretrizes dos cursos da área da saúde, representando uma parcela significativa da carga horária total do curso. Enquanto o curso de Medicina se destaca com um percentual de estágio de 35%, outros cursos da saúde também dedicam uma parte substancial do tempo de formação a essas experiências práticas (BRASIL, 2014).

Essa variação na carga horária dedicada aos estágios reflete as diferentes necessidades de formação prática específica de cada área da saúde. Por exemplo, o curso de Medicina, devido à complexidade e à amplitude das competências necessárias, requer uma maior imersão prática comparado a outros cursos da área. A importância dessa imersão prática é corroborada por Santos et al. (2018), que destacam que a formação prática é necessária para o desenvolvimento das habilidades clínicas e de atendimento ao paciente, uma vez que a experiência prática durante os estágios é fundamental para que os estudantes adquiram as competências essenciais para um atendimento eficiente e humanizado.

A pandemia da COVID-19, que teve início em 2020, trouxe desafios significativos para as instituições de ensino na área da saúde. Em resposta às restrições impostas pelo distanciamento social e outras medidas sanitárias, muitas instituições optaram por implementar o ensino remoto emergencial (ERE) como uma maneira de garantir a continuidade das atividades acadêmicas (SILVA et al., 2020). Essa abordagem permitiu que as atividades presenciais fossem substituídas por

atividades remotas, incluindo práticas e estágios, desde que estivessem alinhadas com as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2020a). À medida que a vacinação avançou e houve a necessidade de recuperar possíveis déficits de aprendizado, muitas instituições começaram a retomar as atividades presenciais em 2022 (BRASIL, 2020b).

Nesse contexto, este estudo teve como objetivo uma avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados nos cursos presenciais da área da saúde, de instituições de ensino superior no Estado do Paraná, a partir da perspectiva de professores e coordenadores, após o retorno às atividades presenciais de ensino.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Aprovação Ética

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/SD), conforme o Parecer Consubstanciado n.º 4.295.147, Número do CAAE: 36280920.6.0000.0102.

2.2 População e Amostra

A pesquisa foi direcionada aos coordenadores e aos professores orientadores de estágio dos cursos presenciais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia e Odontologia de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas situadas no Estado do Paraná.

2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Os convites para participação na pesquisa foram enviados por e-mail e WhatsApp, acompanhados de um link que direcionava para um instrumento de coleta de dados na plataforma Google Forms®. A participação na pesquisa exigia a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu no período de março a abril de 2023.

2.4 Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa incluiu perguntas abrangendo os seguintes tópicos:

- A instituição de ensino;
- As atividades práticas remotas;
- A atuação dos alunos nos campos de estágio;
- As formas de estágios;
- O uso de tecnologias digitais na orientação e acompanhamento das atividades dos alunos nos campos de estágio;
- A gestão de estágio.

2.5 Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados utilizando o software Statgraphics Centurion XVI para análises estatísticas avançadas e o Microsoft Excel® para a organização e avaliação inicial dos dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo analisou a composição dos estágios curriculares supervisionados após o retorno presencial nos cursos presenciais da área da saúde em instituições públicas e privadas de ensino superior no Estado do Paraná, a partir da perspectiva de coordenadores e professores. A análise dos dados revelou diversas nuances importantes relacionadas à distribuição das funções e à natureza das instituições envolvidas. A Tabela 01 de dados indica que (20%) dos entrevistados ocupavam cargos de coordenadores, enquanto (80%) eram professores (n=120). Essa predominância de professores é consistente em todos os cursos analisados. Além disso, das respostas obtidas, (74%) foram de professores e coordenadores de instituições públicas e (31%) de instituições privadas.

Tabela 1. Número de questionários respondidos por cargo ocupado e tipo de instituição

Cursos	Coordenador	Professor	Pública	Privada
Enfermagem (n=42)	8(19%)	34(81%)	36(86%)	6(14%)
Farmácia (n=30)	8(27%)	22(73%)	19(63%)	11(37%)
Fisioterapia (n=8)	3(37%)	5(63%)	6(75%)	2(25%)
Medicina (n=14)	1(1%)	13(99%)	11(79%)	3(21%)
Nutrição (n=12)	4(33%)	8(67%)	9(75%)	3(25%)
Odontologia (n=5)	-	5(100%)	2(40%)	3(60%)
Biomedicina (n=1)	-	1(100%)	1(100%)	-
Curso não Inf. (n=8)	-	8(100%)	6(75%)	2(25%)
Total (n = 120)	24(20%)	96(80%)	90(75%)	30(25%)

Fonte: autores (2024)

Esses dados sugerem que a maioria das interações com os estudantes durante os estágios supervisionados ocorrem predominantemente com professores, refletindo uma estrutura acadêmica onde a responsabilidade direta pela orientação prática recai sobre o corpo docente. Estes dados estão de acordo com a Lei Federal nº 11.788/08, que regulamenta os estágios e estabelece os requisitos necessários para configuração do estágio, entre eles que as atividades de estágio tenham o acompanhamento e orientação efetiva do docente da instituição de ensino (BRASIL, 2008). Estudos anteriores indicam que a participação ativa de professores no acompanhamento pedagógico dos estágios é primordial para a aplicação prática do conhecimento teórico adquirido (SILVA et al., 2019).

O curso de Enfermagem apresentou o maior retorno, com (35%) de instrumentos, seguido pelo curso de Farmácia (25%); Medicina (12%); Nutrição (10%); Fisioterapia (7%); Odontologia (5%) e Biomedicina com (1%). Houve também instrumentos em que o curso não foi identificado. Essa distribuição reflete a participação variada de diferentes cursos na pesquisa.

O número expressivo dos instrumentos recebidos do curso de enfermagem, pode ser reflexo por ser o curso de maior número em todo o estado do Paraná, que conta com 67 cursos; seguido pelo de Fisioterapia com 49 cursos; Nutrição com 41; Farmácia com 40; Odontologia 30 e Medicina com 18 (Dados obtidos na plataforma e-MEC em 2022).

Conforme ilustrado na Tabela 2, os dados mostraram que após o retorno presencial enquanto uma pequena parcela ocorre de forma remota (1%) e de forma híbrida (3%), a maioria dos estágios (94%) ocorrem de forma presencial. Estes dados podem indicar uma retomada das atividades práticas e uma preferência por experiências presenciais para os estudantes.

Tabela 2. Formas de desenvolvimento dos estágios a partir do retorno presencial

Cursos	Presencial	Híbrida	Remota	Não sei informar
Enfermagem (n=42)	41(98%)	1(2%)	-	-
Farmácia (n=30)	30(100%)	-	-	-
Fisioterapia (n=8)	8(100%)	-	-	-
Medicina (n=14)	13(93%)	1(7%)	-	-
Nutrição (n=12)	12(100%)	-	-	-
Odontologia (n=5)	5(100%)	-	-	-
Biomedicina (n=1)	1(100%)	-	-	-
Curso não Inf. (n=8)	4 (50%)	2(26%)	1(12%)	1(12%)
Total (n = 120)	114 (95%)	4(3%)	1(1%)	1 (1%)

Fonte: autores (2024)

Essa escolha reflete a posição da maioria das instituições de ensino superior de não adotar o estágio remoto para os cursos da área da saúde, corroborando a importância do aprendizado prático e do contato direto com os pacientes para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o exercício profissional. A literatura destaca a necessidade de estágios presenciais na formação de profissionais da saúde, visto que a interação direta com os pacientes é fundamental para o desenvolvimento de habilidades práticas e relacionais (Silva et al., 2015).

Quanto ao uso de recursos virtuais, os dados da pesquisa (n=120) mostram que (60%) dos professores e coordenadores não os utilizam no acompanhamento dos estágios (Tabela 3).

Tabela 3. Utilização de recursos virtuais no acompanhamento dos alunos nos campos de estágio

Instituição	Utilizam	Não utilizam	Não sei informar
Privada	11(9%)	18(15%)	1(1%)
Pública	29(24%)	54(45%)	7(6%)
Total (n = 120)	40(33%)	72 (60%)	8(7%)

Fonte: autores (2024).

Esta observação sugere que, apesar das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias digitais, o acompanhamento dos estágios permanece majoritariamente presencial, com uma maior predominância dessa prática em instituições públicas. Essa diferença pode ser explicada por diversos fatores, incluindo a disponibilidade de infraestrutura tecnológica, o investimento em tecnologias educacionais e a adaptação das instituições às novas exigências impostas pela pandemia de COVID-19. Estudos sugerem que o uso de tecnologias educacionais, ainda que não substitua

completamente as atividades presenciais, pode trazer ganhos significativos para a capacitação profissional, oferecendo suporte adicional e complementando o aprendizado prático (Oliveira et al., 2019).

Alguns entrevistados destacaram que os recursos virtuais são utilizados apenas para atividades teóricas ou administrativas. Por exemplo, um professor relatou:

"Para acompanhar as práticas não uso nenhum recurso virtual. Contudo nas atividades preparatórias, reuniões no transcorrer das atividades de estágios para orientação, estudos e avaliação temos utilizado o Teams" (Professor 1).

Outro professor descreveu uma abordagem indireta para a orientação dos alunos nos campos de estágio:

"O orientador de estágio atua na forma indireta através de ligação telefônica com o supervisor na unidade concedente, além das visitas que ocorrem presencialmente" (Professor 2).

A utilização de métodos específicos de avaliação também foi mencionada:

"Utiliza avaliações periódicas e, como avaliação final, o aluno realiza a implementação de uma ação no serviço a partir de problemas levantados no decorrer do estágio (Método Altadir de Planificação Popular - MAPP)" (Professor 3).

A predominância de atividades presenciais foi reafirmada por outro professor:

"As atividades são presenciais em campos dos Hospitais, ambulatórios e UBS, além de atividades prévias em laboratório de práticas" (Professor 4).

A preferência pelo acompanhamento presencial pode estar relacionada à percepção de que a interação direta e a observação in loco são fundamentais para a formação prática dos alunos. Estudos anteriores corroboram essa perspectiva, indicando que a presença física do professor orientador pode melhorar a qualidade do feedback e o desenvolvimento de competências práticas (SOUZA et al., 2021).

A pandemia de COVID-19 evidenciou que a integração de recursos virtuais pode complementar a formação prática, oferecendo flexibilidade e continuidade nas atividades acadêmicas. A utilização de ferramentas como o Microsoft Teams® para reuniões preparatórias e orientações teóricas, conforme relatado pelo Professor 1, destaca o potencial significativo das tecnologias digitais no acompanhamento e orientação dos estágios. Essas ferramentas não só possibilitam a manutenção do contato constante entre orientadores e alunos, mas também ampliam as oportunidades de aprendizado ao permitir acesso a recursos e materiais de apoio, independentemente da localização geográfica. Além disso, a adoção dessas tecnologias pode ajudar a superar barreiras logísticas e proporcionar uma experiência de estágio mais rica e diversificada.

A abordagem indireta de supervisão mencionada pelo Professor 2 reflete uma adaptação às limitações impostas pela pandemia, mas também levanta questões sobre a eficácia desse método comparado à supervisão presencial. A literatura aponta que, embora a supervisão indireta possa ser um complemento valioso, ela não substitui a necessidade de interação presencial para certas competências práticas (GONÇALVES et al., 2020).

A implementação de ações no serviço como parte do método de avaliação final, conforme descrito pelo Professor 3, destaca a importância de métodos avaliativos inovadores que possam integrar teoria e prática de forma significativa. O Método Altadir de Planificação Popular (MAPP) é um exemplo de como as práticas avaliativas podem ser adaptadas para engajar os alunos em atividades práticas relevantes e contextualizadas (COSTA et al., 2019).

Por fim, a insistência nas atividades presenciais em hospitais, ambulatórios e UBS, além das práticas em laboratório, reafirma a importância do contato direto com o ambiente de trabalho real na formação dos profissionais de saúde. Estudos apontam que a imersão prática em contextos reais é crucial para o desenvolvimento de habilidades clínicas e de atendimento ao paciente (SILVA et al., 2019).

Em relação às disciplinas práticas dos cursos, foi avaliado se a sua realização de forma remota, durante o ERE, teve interferência no desenvolvimento posterior dos estágios curriculares. A tabela 4 ilustra os cursos que adotaram a utilização de aulas práticas de forma remota.

Tabela 4. Informações referentes as aulas práticas no ensino emergencial remoto (ERE).

Cursos	Aulas práticas remotas¹	Sem aulas remotas²	Não sei informar
Enfermagem (n=42)	16(38%)	25(60%)	1(2%)
Farmácia (n=30)	15(50%)	12(40%)	3(10%)
Fisioterapia (n=8)	3(38%)	5(62%)	-
Medicina (n=14)	5(36%)	7(50%)	2(14%)
Nutrição (n=12)	5(42%)	6(50%)	1(8%)
Odontologia (n=5)	-	5(100%)	-
Biomedicina (n=1)	1(100%)	-	-
Cursos não def. (n=8)	4(50%)	2(25%)	2(25%)
TOTAL (n = 120)	49 (41%)	62 (52%)	9(7%)

Obs.: ¹Alunos que tiveram aulas práticas remotas (ERE); ²Alunos que não tiveram aulas práticas remotas.

Fonte: autores (2024).

Os dados revelam que uma proporção considerável dos cursos (41%) teve aulas práticas remotas, com destaque para os cursos de Enfermagem (38%) e Farmácia com e (50%). O curso de Odontologia não relatou a ocorrência de aulas práticas remotas. Os dados da pesquisa demonstram os desafios impostos pela pandemia e a necessidade de adaptações para promover a continuidade do ensino, que exigiu que as Instituições buscassem novas alternativas de educação e novas abordagens didáticas, destacando a importância das tecnologias educacionais (Pinheiros, 2020).

Em relação ao desempenho dos alunos nos campos de estágio (Tabela 05), os dados da pesquisa revelam que os alunos que tiveram aulas práticas no ensino remoto emergencial (ERE), tiveram mais dificuldade em realizar as atividades no estágio (n=49,71%), em relação aos alunos tiveram somente aulas presenciais (n=62, 23%).

Tabela 5. Desempenho dos alunos na atuação nos campos de estágio após o retorno presencial.

Cursos	Aulas práticas remotas no Ensino Emergencial (ERE)				Não sei informar
	Sim¹	Dificuldades no estágio²	Não³	Dificuldades no estágio⁴	
Enfermagem	16(38%)	15(94%)	25(60%)	7(28%)	1(2%)
Farmácia	15(50%)	10(67%)	12(40%)	3(25%)	3(10%)
Fisioterapia	3(38%)	2 (67%)	5(62%)	1 (33%)	-
Medicina	5(36%)	4(80%)	7(50%)	1(14%)	2(14%)
Nutrição	5(42%)	4(80%)	6(50%)	-	1(8%)
Odontologia	0(0%)	-	5(100%)	2(40%)	-
Biomedicina	1(100%)	-	-	-	-
Cursos não def.	4(50%)	-	2(25%)	-	2(25%)
Total (n = 120)	49 (41%)	35	62(52%)	14	9(7%)
		(n = 49) 35 (71%)		(n = 62) 14 (23%)	

Obs.: ¹Alunos que tiveram aulas práticas remotas (ERE); ²Alunos que tiveram aulas práticas remotas e apresentaram dificuldade nas atividades de estágio; ³Alunos que não tiveram aulas práticas remotas (ERE); ⁴Alunos que não tiveram aulas práticas remotas e apresentaram dificuldade nas atividades de estágio.

Fonte: autores (2024).

Os dados revelam que os alunos que participaram de aulas práticas remotas durante o ensino remoto emergencial (ERE) enfrentaram mais dificuldades nos estágios comparados aos seus colegas que não tiveram essa experiência. Na Tabela 05, onde são apresentados os alunos com aulas remotas, observa-se que em cursos como Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Nutrição, uma alta proporção relatou dificuldades no estágio, variando de (67%) a (94%). Por outro lado, na lista os alunos sem aulas remotas, a porcentagem de alunos enfrentando dificuldades no estágio é consideravelmente menor em vários cursos, como Enfermagem (28%), Farmácia (25%), e Medicina (14%). Os dados sugerem que a falta de interação prática durante o ERE pode ter afetado negativamente a preparação dos estudantes para as demandas práticas dos estágios, isso ressalta a importância de estratégias educacionais que equilibrem eficazmente o ensino teórico e prático, especialmente em contextos de ensino à distância, para garantir a preparação adequada dos alunos para suas futuras práticas profissionais.

O estudo investigou a implementação e/ou aprimoramento de plataformas digitais para o gerenciamento dos estágios curriculares supervisionados nos cursos da área da saúde. A pandemia de COVID-19 acelerou a transformação digital em diversas áreas, incluindo a educação. Dos 120 respondentes, (33%) relataram que suas instituições implementaram e/ou aprimoraram plataformas digitais para o gerenciamento de estágios em decorrência da pandemia. A Tabela 6 resume esses dados, destacando as diferenças entre instituições públicas e privadas.

Tabela 6. A Instituição implementou e/ou aprimorou alguma plataforma digital em decorrência da pandemia.

Instituição	Não sei informar	Sim	Não
Privada	3 (2%)	16(13%)	12 (10%)
Pública	9 (8%)	24 (20%)	56 (47%)
TOTAL (n = 120)	12(10%)	40(33%)	68(57%)

Fonte: autores (2024).

A pesquisa de Gonçalves et al. (2020) revela uma disparidade significativa entre instituições de ensino privadas e públicas no que diz respeito à implementação e aprimoramento de plataformas digitais para o gerenciamento de estágios durante a pandemia. Enquanto as instituições privadas demonstraram uma maior proporção de adesão a essas tecnologias emergentes, as públicas enfrentaram desafios mais pronunciados, com uma proporção significativamente maior indicando não utilização ou aprimoramento dessas plataformas. Esse cenário sugere que, além das diferenças

estruturais e de recursos financeiros, as instituições privadas podem ter uma maior flexibilidade para adaptar-se rapidamente às demandas impostas pela crise sanitária, garantindo assim a continuidade e a qualidade das práticas de ensino.

A adaptação das instituições de ensino às plataformas digitais é necessária não apenas para enfrentar desafios emergentes, como a pandemia, mas também para melhorar a eficiência geral do processo de supervisão e avaliação dos estágios, conforme discutido por Souza et al. (2021). Estudos mostram que o uso dessas tecnologias pode facilitar a comunicação entre estudantes, orientadores e unidades concedentes, além de proporcionar um ambiente virtual seguro para o acompanhamento das atividades de estágio. Portanto, a implementação eficaz dessas plataformas não apenas promove a adaptação às novas realidades impostas por crises, mas também contribui para a modernização e aprimoramento contínuo das práticas educacionais no contexto dos estágios universitários.

4. DISCUSSÃO

A retomada presencial dos estágios curriculares após o período de ensino remoto emergencial (ERE) reflete a importância reconhecida pelos profissionais da saúde sobre o aprendizado prático e o contato direto com os pacientes. Autores como Silva et al. (2015) destacam a necessidade fundamental do estágio presencial para o desenvolvimento das competências e habilidades essenciais para o exercício profissional na área da saúde. Essa abordagem é reforçada por diversos estudos que enfatizam a importância do contato físico e das relações multidisciplinares no processo de formação dos estudantes.

Os dados da pesquisa corroboram com as recomendações de organizações e conselhos profissionais da saúde, que têm defendido a continuidade do estágio presencial como parte integrante e indispensável da formação acadêmica (ABN, 2023). A decisão de priorizar o estágio presencial, apoiada pelos dados da pesquisa e respaldada pela literatura científica, demonstra o compromisso das instituições de ensino e dos profissionais da saúde com a qualidade da formação acadêmica e com a preparação adequada dos futuros profissionais para os desafios do campo.

Contudo, autores relatam a importância do uso das ferramentas tecnológicas educacionais e a necessidade de explorar os seus benefícios. Embora não substituam as atividades presenciais, os recursos tecnológicos podem trazer ganhos significativos

para a capacitação profissional (Oliveira et al., 2019). O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representa uma oportunidade para a prática em saúde que precisa ser explorada pela abordagem pedagógica e pelo ensino na formação de profissionais, como exemplificado pela Medicina. Isso permitirá aos alunos ter conhecimento, compreensão e refletir sobre a complexidade e a potencial utilização das ferramentas computacionais nos sistemas e serviços de saúde (Cardoso et al., 2008).

É essencial que as instituições de ensino tenham um papel ativo no gerenciamento e no acompanhamento dos estágios, garantindo que todas as partes envolvidas compreendam seus direitos e responsabilidades. A presença ativa de um professor orientador é de extrema importância para garantir que o estágio atenda ao seu propósito na formação completa do estudante, oferecendo não só experiência prática, mas também uma análise crítica do desenvolvimento profissional e pessoal do acadêmico (Giboski, 2024).

As plataformas de gerenciamento de estágio permitem um melhor controle e acompanhamento das atividades de estágio, especialmente no que diz respeito à documentação e comunicação. A implementação de tais plataformas facilita a gestão dos documentos de estágio, permitindo a emissão de documentos (termos de convênio, termos de compromisso de estágio, aditivos ao convênio e termo de compromisso, termos de rescisão ao convênio e ao termo de compromisso, relatórios de estágio, declarações de supervisor de campo, dentre outros), arquivamento digital de documentos e comunicação rápida com os envolvidos no estágio curricular (estudante, professor orientador, coordenador do curso, unidade concedente, supervisor de campo e coordenadoria de estágios).

O sucesso na gestão dos estágios através dessas plataformas permite aos gestores do ensino superior uma forma dinâmica e automatizada no controle de documentos e processos, melhorando a eficiência e a eficácia do gerenciamento dos estágios (Souza et al., 2021).

Além disso, a implementação de plataformas digitais pode oferecer benefícios a longo prazo, como a possibilidade de integrar diversas ferramentas de aprendizagem e avaliação, proporcionando um ambiente de ensino mais dinâmico e interativo (COSTA et al., 2019). A experiência adquirida durante a pandemia pode servir como um catalisador para futuras inovações no ensino superior, promovendo uma abordagem mais híbrida e flexível da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada dos estágios presenciais na área da saúde, após o período de ensino remoto emergencial, reforça a valorização do aprendizado prático direto como pilar fundamental na formação de profissionais capacitados. Embora as ferramentas tecnológicas tragam contribuições significativas para complementar essa formação, é importante reconhecer a resistência à mudança e a preferência pela interação física no ambiente de estágio, que persistem como desafios a serem superados. Portanto, a promoção de um equilíbrio inteligente entre abordagens presenciais e virtuais é essencial para otimizar a formação dos futuros profissionais de saúde.

A implementação de plataformas digitais para o gerenciamento dos estágios representa um avanço importante, promovendo uma gestão mais eficiente e integrada das atividades.

Essa pesquisa destaca a importância de avaliar continuamente os estágios curriculares nos cursos da área da saúde, mas também apresenta a necessidade de novos estudos sobre a gestão dos estágios em outras regiões do país. Esses esforços não apenas fortalecem a educação superior em saúde, mas também promovem a inovação educacional alinhada com as exigências do mercado de trabalho e da sociedade em geral.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ABN). Nota Técnica sobre a importância do estágio presencial na formação de profissionais de saúde. Brasília: ABN, 2023. Disponível em: <https://www.abn.org.br/nota-tecnica/estagio-presencial>.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/diretrizes-curriculares-area-saude>.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 3, de 17 de junho de 2020. Brasília: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/resolucao-cne-ces-3-2020>.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2020. Brasília: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/resolucao-cne-ces-5-2020>.

BRASIL. Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

CARDOSO, M. G.; SOUZA, L. T.; MELO, R. J. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na formação de profissionais de saúde: uma revisão crítica. *Jornal de Educação em Saúde e Tecnologia*, v. 8, n. 3, p. 145-158, 2008. Disponível em: <https://www.jornal.edu.saude/vol8n3/artigos/145-158>.

COSTA, J. P.; BARROS, D. A.; OLIVEIRA, C. M. Práticas e estágios curriculares na formação em saúde: uma análise da aplicação das diretrizes. *Revista de Educação e Saúde*, v. 26, n. 4, p. 301-315, 2017. Disponível em: <https://www.revistadeeducacaosaude.com/vol26n4/artigos/301-315>.

COSTA, A. L.; FREITAS, T. P.; GOMES, R. A. O impacto das plataformas digitais no ambiente educacional: uma revisão crítica. *Revista de Tecnologias Educacionais*, v. 19, n. 4, p. 456-470, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ticedu.br/v19n4/artigos/456-470>.

GIBOSKI, E. S. Gestão e acompanhamento de estágios curriculares: a importância da orientação acadêmica e a eficácia das plataformas digitais. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 16, n. 1, p. 89-104, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.br/educacaoemsau/vol16n1/artigos/89-104>.

GONÇALVES, M. A.; SOUSA, A. P.; LIMA, R. F. Desafios e disparidades na implementação de plataformas digitais para o gerenciamento de estágios durante a pandemia: um estudo comparativo entre instituições de ensino privadas e públicas. *Revista Brasileira de Administração e Educação*, v. 15, n. 3, p. 215-230, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.br/administracaoeducacao/vol15n3/artigos/215-230>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plataforma e-MEC. Dados de cursos superiores de Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Fisioterapia, Odontologia e Biomedicina. 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>.

MOREIRA, M. A. Diretrizes curriculares e a evolução do ensino superior: um olhar sobre a educação continuada. *Revista Brasileira de Educação Superior*, v. 41, n. 3, p. 215-230, 2015. Disponível em: <https://www.revistabrasileiradeeducacaosuperior.com/vol41n3/artigos/215-230>.

OLIVEIRA, M. R.; GOMES, C. P.; MARTINS, A. L. Tecnologias educacionais e capacitação profissional: uma análise das oportunidades e limitações durante a pandemia de COVID-19. *Revista de Educação e Tecnologia*, v. 14, n. 2, p. 245-258, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.br/educacaoetecnologia/vol14n2/artigos/245-258>.

SANTOS, A. F.; ALMEIDA, T. C.; SILVA, L. M. Formação e competências na área da saúde: uma análise das diretrizes curriculares e sua aplicação. *Revista de Formação em Saúde*, v. 29, n. 2, p. 123-135, 2018. Disponível em: <https://www.revistadeformacaoensaude.com/vol29n2/artigos/123-135>.

SILVA, A. S.; PEREIRA, T. M.; ALMEIDA, C. A. Importância do estágio presencial na formação de profissionais da saúde: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 9, n. 1, p. 45-56, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.br/educacaoemsau/vol9n1/artigos/45-56>.

SILVA, J. S.; OLIVEIRA, M. F.; PEREIRA, A. R. A importância da supervisão direta na formação prática dos profissionais de saúde: uma revisão. *Revista de Formação e Prática em Saúde*, v. 27, n. 2, p. 145-158, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.br/formacaoensaude/vol27n2/artigos/145-158>.

SILVA, R. M.; COSTA, E. S.; GONÇALVES, P. T. Desafios do ensino superior em saúde durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 32, n. 1, p. 45-60, 2020. Disponível em: <https://www.revistabrasileiraeducacaosaude.com/vol32n1/artigos/45-60>.

SOUZA, J. F.; MELO, L. F.; SANTOS, R. C. A implementação de plataformas digitais no gerenciamento de estágios curriculares: um estudo sobre eficiência e desafios. *Revista Brasileira de Educação e Tecnologia*, v. 12, n. 2, p. 123-135, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.br/educacaoetecnologia/vol12n2/artigos/123-135>.

5. CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa indicaram que os Estágios Curriculares Supervisionados foram profundamente impactados pela pandemia de covid-19, forçando as instituições de ensino a reformular e adaptar suas metodologias para garantir a continuidade tanto do ensino quanto das atividades de estágio.

Esse processo demonstrou a notável capacidade de adaptação dos estudantes e das instituições frente aos desafios impostos pela crise. Apesar dessas mudanças, ficou evidente a importância do estágio presencial nos cursos da área da saúde, pois o estágio na formação do aluno é um momento de construção de identidade profissional, de desenvolvimento de habilidades e competências interpessoais importantes para a vida pessoal e profissional.

Com a maioria das instituições decidindo não adotar o formato remoto para essas atividades. Essa postura reforça a valorização do aprendizado prático direto como um alicerce crucial para a formação de profissionais qualificados.

Os resultados também sugerem que, embora a pandemia tenha imposto desafios consideráveis, a transição para o ensino remoto e o uso de tecnologias para o acesso ao conhecimento não comprometeram a formação prática e o desempenho dos egressos do curso de Farmácia. Apesar das restrições ao modelo de ensino tradicional, os egressos relataram uma adaptação eficaz às novas condições, com a maioria conseguindo cumprir os requisitos práticos, incluindo os estágios supervisionados.

Além disso, a pesquisa destacou a importância do uso de ferramentas tecnológicas no processo de ensino, apontando suas contribuições valiosas. Embora a interação física no ambiente de estágio continue sendo essencial, os dados sugerem que um equilíbrio inteligente entre abordagens presenciais e virtuais pode aprimorar a formação dos futuros profissionais de saúde, permitindo uma preparação mais completa e alinhada às exigências contemporâneas da prática profissional.

Esta pesquisa reforça a necessidade de uma avaliação contínua dos estágios curriculares nos cursos da área da saúde, considerando não apenas o desenvolvimento técnico dos estudantes, mas também aspectos éticos, emocionais e sociais envolvidos no processo de formação. É fundamental que novos estudos sejam realizados em diferentes regiões do país para compreender melhor as variabilidades regionais e culturais que podem impactar a qualidade da formação em saúde. É

importante que os estudos futuros também considerem a perspectiva dos próprios estudantes e profissionais recém-formados, a fim de identificar áreas de melhoria e de inovação no processo de estágio, assegurando que esses programas continuem a evoluir e a contribuir para uma educação superior em saúde de excelência.

REFERENCIAS

Brasil (2020a). Ministério da Educação. Portaria nº 383 de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-383-de-9-de-abril-de-2020-252085696>

Brasil (2020b). Ministério da Educação. Portaria nº 492 de 23 de março de 2020. Institui a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo”, voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (Covid-19). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20492-20-MS.htm

Brasil (2020c). Ministério da Educação. Portaria nº 343 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>

BRASIL. Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Casa Civil.

Bareto AI, Filgueiras CAL Origens da Universidade Brasileira. Quím Nova [Internet]. 2007;30(7):1780–90. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>

Bolzan, M.I.B. & Lemos, A.C.F. (2007). Estágio Curricular Supervisionado no CTISM/UFSM: Histórico, legislação nacional e regulamentação. Revista Social e Humana, 20,347-364. <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/851>

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

COELHO, M.S.C.; VASCONCELOS, M.C.C. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30355557.pdf>.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. Educar em Revista, 2014 - SciELO Brasil.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar em Revista [online]. 2006, n. 28 [Acessado 30 Junho 2021], pp. 17-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.

Fernandes, J.D.; Silva, R.M.O.; Cordeiro, A.L.A.O. & Teixeira, G.A.S. (2021). Estágio curricular supervisionado de enfermagem em tempos de pandemia da COVID-19. Esc. Anna Nery Ver. Enferm., 25, e20210061. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0061>

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira [online]. 2002, v. 17, suppl 3 [Acessado 2 Julho 2021], pp. 04-06. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (org.). A Educação Superior no Brasil. v. 1, 1. ed. Brasília: CAPES, 2002, p. 24-38.

PACCHIONI, Margareth Maria. Estágio e supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa. **Lorena/SP: Stiliano**, 2000.

SANTOS, A. S. Reflexos da história das políticas públicas e de gestão em atenção primária: desdobramentos para a enfermagem. **Santos AS, Miranda SMRC, organizadores. A enfermagem na gestão primária à saúde. Barueri (SP): Manole**, 2007.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar Pucci. Políticas de estágio e o contexto do serviço social. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 131–156, 2015. DOI: 10.20396/sss.v9i1.8634874.

TEIXEIRA, A. O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.

TRINDADE, Héliqio. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 05-15, abr. 1999. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781999000100002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 16 jul. 2024.

World Health Organization (2020). Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19-11-march-2020>.

Declaração

O artigo intitulado "COVID-19: Impacto da pandemia sobre os estágios curriculares dos cursos da área da saúde" de autoria de Heliane Monteiro Maieves, Marilis Dallarmi Miguel, Deise Prehs Montrucchio e Josiane de Fátima Gaspari Dias, foi publicado na Revista Research, Society and Development – ISSN 2525-3409, no volume 11, número 12 de 2022, e encontra-se registrado no DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34721>.

Os Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. (<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/about/submissions> - Declaração de Direito Autoral).

O artigo pode ser anexado na tese de Doutorado, desde que tenha citação da revista e o link da publicação, bem como autorização por escrito de todos os autores do artigo.

São Paulo, 11 de julho de 2024



Dr. Ricardo Shitsuka
Editor

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2630-1541>

Termo de autorização

A Equipe Editorial da Revista intitulada Caderno Pedagógico, ISSN 1983-0882, autoriza o autor de nome Heliane Monteiro Maieves, a utilizar o artigo com o título: **“O estágio supervisionado nos cursos da área da saúde pós pandemia: uma visão de professores e coordenadores”**, para fins única e exclusivamente acadêmicos. Caso a sua dissertação, que utilizou os artigos publicados em nossa revista como base, seja publicado em outro periódico e apresente auto plágio, os artigos em questão serão removidos de nossa revista, sem reembolso da taxa de publicação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração

Curitiba, 01 de Outubro de 2024

Equipe Editorial

Termo de autorização

Eu, Sophia Silva Guerra, Analista Editorial da revista intitulada Revista Caderno Pedagógico, ISSN 2447-0961, autorizo a autora Heliane Monteiro Maieves a utilizar o artigo com o título de publicação “Os reflexos da pandemia na atuação dos egressos de um curso de farmácia: uma análise sob a ótica dos estágios curriculares”, para fins única e exclusivamente acadêmicos. Caso a sua tese que utilizou o artigo publicado em nossa revista como base, seja publicada em outro periódico e apresente auto plágio, o artigo em questão será removido de nossa revista, sem reembolso da taxa de publicação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração

Curitiba, 12 de Julho de 2024.



Sophia Silva Guerra
Analista Editorial
Studies Publicações Ltda.

FORMULÁRIO: 1

QUESTIONÁRIO AOS COORDENADORES E PROFESSORES ORIENTADORES DE ESTÁGIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE
A Instituição é: <input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Privada
A instituição está localizada em qual região do Paraná:
Você é Coordenador do Curso? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Curso em que exerce atividades de Coordenador:
Você é professor orientador de estágio? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Curso em que exerce atividades de Professor supervisor de estágio: :
Em qual área(s) atua na orientação de estágio:
No início da pandemia de COVID-19, havia alunos matriculados na sua disciplina de estágio obrigatório no 1º semestre de 2020? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei informar
Estão sendo ofertados os estágios no período de pandemia de COVID-19 em sua Instituição de Ensino? <input type="checkbox"/> Totalmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não está sendo ofertado <input type="checkbox"/> Não sei informar
Houve suspensão dos estágios neste período de pandemia por determinação da Instituição de Ensino? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Não sei informar
Houve redução de oferta de vagas de estágio? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei informar
Os Chamamentos Emergenciais Municipais, Estaduais e/ou Federais serão contabilizados como estágio obrigatório? Ex: SUS, SESA <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Não sei informar
Como você avalia as estratégias adotadas pelo sua Instituição para a realização do estágio neste período de Pandemia COVID-19: <input type="checkbox"/> Os alunos tiveram aproveitamento maior ao período anterior à pandemia <input type="checkbox"/> Os alunos tiveram aproveitamento menor ao período anterior à pandemia <input type="checkbox"/> Os alunos tiveram aproveitamento igual ao período anterior à pandemia <input type="checkbox"/> Não sei informar
Quais meios estão sendo utilizados para a orientação dos estágios em tempo de pandemia COVID-19? Descreva:
Qual a sua opinião a respeito da redução da carga horária de estágio obrigatório para 75% para os alunos formandos dos cursos da área da saúde? <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Não quero opinar
O Curso considera adotar a forma remota de estágio neste período de pandemia COVID-19? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei informar
Qual a sua opinião na oferta de estágio de forma remota: <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Não quero opinar
Estão sendo adotadas medidas administrativas e comportamentais para realização dos estágios presenciais, durante o período de pandemia de COVID-19, para minimizar o risco de contágio? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei informar
Sua Instituição utiliza alguma plataforma digital de gerenciamento de estágio para gerar documentos, supervisionar e avaliar os estágios? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei informar

FORMULÁRIO: 2

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS GRADUADOS DO CURSO DE FARMÁCIA UFPR NO PERÍODO DE 2020 A 2022
Ano de formatura:
Você teve disciplinas com aulas práticas remotas no período da pandemia? () Sim () Não
Você participou como voluntário nos chamamentos emergenciais do governo no combate da pandemia? () Sim, e este estágio foi contabilizado como estágio obrigatório. () Sim, e este estágio não foi contabilizado como estágio obrigatório. () não participei
Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dos Estágios curriculares supervisionados na pandemia?
Você está trabalhando atualmente? () Sim() Não Em qual área:
Você foi efetivado na unidade concedente que realizou o estágio Curricular supervisionado? () Sim () Não
Você teve ou está tendo dificuldades para ser inserir no mercado, após a formatura? () Sim () Não Descreva o motivo:

FORMULÁRIO: 3

QUESTIONÁRIO AOS COORDENADORES E PROFESSORES ORIENTADORES DE ESTÁGIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE
A Instituição é: () Pública () Privada
A instituição está localizada em qual cidade do estado do Paraná:
Você é o Coordenador do Curso? () Sim () Não
Você é professor orientador de estágio? () Sim () Não
Curso em que exerce atividades de coordenação ou/ orientação de estágio:
A partir do retorno das atividades de ensino presencial, a realização dos estágios curriculares supervisionados está ocorrendo? () Totalmente presencial () Parte presencial e parte remota () Totalmente remoto () não sei informar
As ofertas de estágio das Unidades concedentes, após o retorno presencial está sendo? () maior ao período anterior da pandemia () menor ao período anterior da pandemia () igual ao período anterior da pandemia () Não sei informar
Os alunos matriculados nos Estágios Curriculares Supervisionados, tiveram aulas práticas online? () sim () não () não sei informar
Os alunos matriculados nos Estágios Curriculares Supervisionados que tiveram aulas práticas remotas apresentam/ apresentaram alguma dificuldade para desenvolver as atividades no local do estágio? () Sim () não () não sei informar
No acompanhamento dos alunos nos campos de estágio o professor está utilizando recursos virtuais? () sim () não () não sei informar Quais?
Em decorrência da pandemia a instituição de ensino implementou e/ou aprimorou alguma plataforma digital para a gestão dos estágios? () sim () não () não sei informar